



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GABRIEL CARBONELLI MENEZES

**DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO DE 1995 A 2020:  
UMA ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA**

Rio de Janeiro  
2021

GABRIEL CARBONELLI MENEZES

**DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO DE 1995 A 2020:  
UMA ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Rodrigues de Paula

Rio de Janeiro  
2021

## CIP - Catalogação na Publicação

M543d Menezes, Gabriel Carbonelli  
Desenvolvimento do sistema financeiro brasileiro de 1995 a 2020: uma análise da concentração bancária / Gabriel Carbonelli Menezes. -- Rio de Janeiro, 2021.  
61 f.

Orientador: Luiz Fernando Rodrigues de Paula.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2021.

1. concentração bancária. 2. setor bancário. 3. sistema financeiro. I. Paula, Luiz Fernando Rodrigues de, orient. II. Título.

GABRIEL CARBONELLI MENEZES

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO DE 1995 A 2020:  
UMA ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 12/16/2021.

---

LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE PAULA - Presidente

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

---

NORBERTO MONTANI MARTINS

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

---

PAULA MARINA SARNO

Doutora em Economia pela UFRJ

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória de evolução da concentração bancária no Brasil entre os anos de 1995 e 2020 e avaliar a hipótese de que ele apresenta um grau de concentração elevado. Para isso, foram utilizados índices (Índice Herfindahl-Hirschman e Razão de Concentração) capazes de medir o nível de concentração presente nesse setor. Ao mesmo tempo, objetiva-se desenhar um pano de fundo para o comportamento observado nos índices de referência, a partir da busca de fatos históricos e marcos regulatórios que ajudem a explicar os movimentos de aumento ou redução dos níveis de concentração. A análise dos dados demonstrou que a concentração bancária aumentou no período em questão, em razão sobretudo de um largo processo ocorrido de fusões e aquisições possibilitado por um arcabouço regulatório favorável. Os resultados apontam ainda para a existência de um mercado com concentração moderadamente elevada em 2020.

**Palavras-Chave:** concentração bancária; setor bancário; sistema financeiro.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the evolution of banking concentration in Brazil between 1995 and 2020 and to evaluate the hypothesis that it presents a high degree of concentration. For this, were used indexes (Herfindahl-Hirschman Index and Concentration Ratio) capable of measuring the level of concentration present in this sector. At the same time, the objective is to draw a background for the behavior observed in the reference indexes, based on the search for historical facts and regulatory frameworks that help to explain the increases or decreases in concentration levels. The analysis of the data points out that the concentration increased in this period, mainly due to a large process of mergers and acquisitions made possible by a favorable regulatory framework. The results also point to the existence of a market with moderately high concentration in 2020.

**Keywords:** banking concentration. banking sector. financial markets.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquematização do Modelo ECD .....	43
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Número de Agências Bancárias.....	32
Gráfico 2 - Evolução da Distribuição de Agências por Segmento .....	33
Gráfico 3 - Distribuição de agências bancárias por região em 2020 .....	33
Gráfico 4 - Evolução do <i>Market Share</i> Medido pelo Ativo .....	35
Gráfico 5 - Evolução do Ativo Total do SFN por Tipo de Controle (em bilhões de reais) .....	36
Gráfico 6 - Evolução da Distribuição do Crédito do SFN por Segmento .....	37
Gráfico 7 - Evolução da Carteira de Crédito do SFN por Segmento .....	38
Gráfico 8 - Evolução da Distribuição do Total do Patrimônio Líquido do SFN por Segmento .....	39
Gráfico 9 - Evolução da Distribuição do Lucro Líquido Total do SFN por Segmento .....	40
Gráfico 10 - Evolução do Lucro Líquido do SFN por Tipo de Controle (em milhões de reais) .....	41
Gráfico 11 - Evolução do Índice CR4 para Ativo Total .....	51
Gráfico 12 - Evolução do Índice CR8 para Ativo Total .....	52
Gráfico 13 - Evolução do Índice HHI para Ativo Total .....	52
Gráfico 14 - Evolução do Índice CR4 para Carteira de Crédito .....	54
Gráfico 15 - Evolução do Índice CR8 para Carteira de Crédito .....	55
Gráfico 16 - Evolução do Índice HHI para Carteira de Crédito .....	55
Gráfico 17 - Evolução do Índice CR4 para Captações .....	57
Gráfico 18 - Evolução do Índice CR8 para Captações .....	57
Gráfico 19 - Evolução do Índice HHI para Captações .....	58



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução de bancos e agências.....	14
Tabela 2 - Número de IFs autorizadas por segmento (1980 a 1990) .....	18
Tabela 3 - Evolução das receitas inflacionárias como % do PIB.....	20
Tabela 4 - Aquisições de IFs via PROER.....	22
Tabela 5 - Privatizações de Bancos Estaduais .....	25
Tabela 6 - Número de IFs autorizadas a funcionar por segmento (1995-2004) .....	26
Tabela 7 - Número de IFs autorizadas a funcionar por segmento (2005-2014) .....	27
Tabela 8 - Número de IFs autorizadas a funcionar (2015-2020).....	27
Tabela 9 - Principais aquisições/incorporações dos maiores bancos do Brasil .....	28
Tabela 10 - 20 maiores IFs em % do ativo total do SFN .....	31
Tabela 11 - Número de agências a cada 100 mil habitantes (2020) .....	34
Tabela 12 - Níveis de Concentração HHI .....	45
Tabela 13 - Parâmetros para a Razão de Concentração .....	46
Tabela 14 - Evolução dos Índices de Concentração (Ativo Total) .....	50
Tabela 15 - Evolução dos Índices de Concentração (Carteira de Crédito).....	53
Tabela 16 - Evolução dos Índices de Concentração (Captações).....	56

## LISTA DE SIGLAS

ADR	<i>American Depositary Receipt</i>
BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
COFIE	Comissão de Fusão e Incorporação da Empresa
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DoJ	<i>Department of Justice</i>
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
FTC	<i>Federal Trade Commission</i>
IFs	Instituições Financeiras
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
MP	Medida Provisória
PROER	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PROES	Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária
SFN	Sistema Financeiro Nacional

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA EXISTENTE</b> .....	12
2.1 Desenvolvimento do Sistema Financeiro Brasileiro .....	12
2.1.1 Reformas Bancárias de 1964 e 1965 .....	12
2.1.2 A Década de 1970 e o Crescente Papel do BC .....	15
2.1.3 A década de 1980 e a Reforma Bancária de 1988.....	16
2.1.4 Reforma de 1995 e o Cenário Pós Plano Real: um panorama geral até o ano de 2020 .....	18
2.2 Estruturas de Mercado e Índices de Concentração.....	41
2.2.1 Modelo Estrutura-Condução-Desempenho (ECD).....	42
2.2.2 Índice Herfindahl-Hirschman (HHI).....	43
2.2.3 Razão de Concentração (CR) .....	45
2.2.4 Índice de Entropia de Theil.....	47
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	47
<b>4. RESULTADOS</b> .....	49
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	58
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	60

## 1. INTRODUÇÃO

O setor bancário apresenta um papel central no desenvolvimento de uma nação e de suas forças produtivas, dado que atua na concessão de crédito e prestação de serviços financeiros às firmas e às pessoas, possibilitando de um lado o capital necessário à produção e de outro impulsionando o consumo das famílias.

Nesse sentido, o debate sobre a concentração bancária apresenta relevância na medida em que é uma temática que afeta diretamente a sociedade como um todo devido aos motivos acima elencados. Ademais, a questão é frequentemente debatida no meio acadêmico e social, o que evidencia sua abrangente importância.

O senso comum indica que o sistema financeiro brasileiro, e sobretudo sua parcela bancária comercial, apresenta um elevado grau de concentração nas cinco maiores instituições financeiras do país. Contudo, há que se realizar uma análise mais aprofundada da questão, definindo-se através de quais métricas essa concentração pode ser observada.

A literatura acadêmica parece corroborar para a existência de moderada a elevada concentração no sistema bancário brasileiro, ou ao menos uma tendência de aumento da concentração.

Lima e Carvalho (2009) demonstraram como a concentração bancária aumentou no período de 1995 a 2005, através da análise de dados disponibilizados pelo Banco Central, mas ponderam que ela não parece ser elevada, predominando ainda um ambiente concorrencial. Observam também que economias como Chile e México apresentaram um forte movimento de elevação da concentração de seus sistemas financeiros, e concluem que esse movimento na verdade é uma tendência mundial.

Já Cruz (2019) mostra como a concentração bancária se comportou no período de 2002 a 2017, retratando um aumento em seu nível. Para isso, utilizou-se do cálculo do índice de Lerner e de Herfindahl-Hirschman, e conclui que os bancos operam em um regime de concorrência monopolística, no qual há uma competição com diferenciação de produtos.

Contudo, a concentração bancária no Brasil não seria um processo recente, e remonta na verdade a meados da década de 1960, período em que a política de regulamentação bancária promovida pelo governo havia deliberadamente estimulado

um processo de sucessivas fusões e aquisições entre os bancos no Brasil, o que resultou em um setor financeiro cada vez mais concentrado (KRETZER, 1996). Segundo o autor, as reformas bancárias de 1964 e do mercado de capitais de 1965 teriam levado a um ambiente favorável para um aumento da concentração bancária.

Posteriormente, a partir de 1994, por conta da adesão do Brasil ao acordo de Basileia e a implementação do Plano Real, ocorreu a entrada de bancos estrangeiros que contribuíram para aumentar o ritmo do processo de fusões e aquisições, ampliando a concentração do setor (KRETZER, 1996).

De forma complementar a essa visão, Tavares (1985) pontua que a partir da criação da Comissão de Fusão e Incorporação da Empresa (COFIE) em 1971 teria havido um incentivo explícito, por parte do governo, à concentração bancária. Naquela ocasião, as autoridades governamentais teriam então considerado que havia um número excessivo de bancos, o que acarretaria em uma instabilidade no sistema financeiro nacional.

Segundo Tavares (1985), o governo à época promulgou uma série de medidas que promoveram a concentração bancária, das quais destacam-se: o controle de cartas patentes, o tabelamento de preços das taxas de juros, permissão da compra e venda de cartas patentes, dentre outras. O autor ainda demonstra a então existência de concentração bancária através de evidências empíricas, como o número de bancos, tamanho dos bancos e razões de concentração.

Portanto, o objetivo desta monografia é analisar o desenvolvimento do sistema financeiro brasileiro à luz da concentração bancária, durante o período de 1995 a 2020, e avaliar a hipótese de que ele apresenta um grau de concentração elevado. Dentro disso, o enfoque principal consistirá em verificar, primeiramente, como se comportou a concentração bancária no sistema no período de referência e, posteriormente, analisar o que levou o sistema financeiro brasileiro a se desenvolver dessa forma. Logo, o presente trabalho buscará complementar a literatura existente e fornecerá ainda uma análise a respeito do comportamento da concentração para o ano de 2020.

Sendo assim, o trabalho visa responder a seguinte questão primária (objetivo principal): O sistema financeiro brasileiro se desenvolveu de forma concentrada? Tendo como objetivo secundário responder o “por que” disso.

A escolha do período em questão se deu sobretudo por ser um espaço de tempo (25 anos) em que há a possibilidade de se observar significativas mudanças

no ambiente econômico, regulatório e concorrencial. Por se tratar de um período não muito longo, também é possível de se elaborar uma análise mais aprofundada acerca dos elementos de interesse e desenvolver com maiores detalhes as relações existentes entre o comportamento dos indicadores de concentração e os acontecimentos verificados em termos de fusões e aquisições, mudanças de regulamentação e afins.

O presente trabalho está dividido em 5 capítulos, contando com essa introdução. O capítulo 2 apresenta uma revisão da literatura existente e pertinente sobre o tema, e está subdividido em duas seções, de modo que a primeira discorre brevemente sobre o desenvolvimento do sistema financeiro brasileiro a partir das reformas de 1964 e a segunda aborda uma revisão teórica de alguns dos principais índices utilizados para mensuração de concentração de mercado.

O capítulo 3 consiste em uma explicação sobre a metodologia utilizada no trabalho, enquanto o capítulo 4 apresentará os resultados da apuração dos índices de concentrações sobre diferentes aspectos e óticas. Por fim, o capítulo 5 encerra o presente trabalho e aponta as conclusões obtidas.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA EXISTENTE**

### **2.1 Desenvolvimento do Sistema Financeiro Brasileiro**

#### **2.1.1 Reformas Bancárias de 1964 e 1965**

A partir de 1964 o governo federal passou a entender que havia um elevado número de bancos e que o sistema financeiro poderia apresentar certa instabilidade. Por isso, instituiu políticas que pretendiam aumentar a concentração do sistema bancário e conferir maior estabilidade ao sistema (TAVARES, 1985).

Entre 1964 e 1966 foram implementadas importantes leis que cumpriram o papel de reformar o sistema bancário e o mercado de capitais no geral, e incorporavam também o objetivo de incentivar a formação de uma poupança privada e criar mecanismos não-inflacionários de financiamento do déficit público (PAULA, 1998).

Dentre as principais contribuições da reforma de 1964 (lei nº 4595 de 31/12/1964) estava a criação do Banco Central do Brasil (BC), que iniciaria seu funcionamento no ano seguinte. Antes da criação do Banco Central, o papel de autoridade monetária era em tese desempenhado pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), criada em 1945. Contudo, apesar da SUMOC ser a responsável pelas diretrizes de política monetária, na prática sua execução ficava a cargo de instituições diferentes, dentre elas o Banco do Brasil, que até 1945 funcionava como banco comercial e autoridade monetária (BARBOSA, 1996).

O Banco Central nascia então com todas as atribuições prévias que competiam à SUMOC, e adicionalmente acumulou atividades como a emissão de moeda, realização de operações de crédito junto ao Tesouro Nacional, fiscalização da atividade bancária, controle e execução de operações de câmbio, dentre outras. Além disso, a reforma bancária de 1964 foi responsável ainda pela criação do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição ao antigo Conselho da SUMOC (Corazza, 2006).

Cumpram ainda ressaltar que as reformas de 1964 e 1965 espelhavam-se no modelo e filosofia norte-americana de especialização e segmentação do sistema financeiro, e conforme exposto por Kretzer (1996, p. 38):

A nova organização institucional do sistema financeiro brasileiro, baseado no modelo americano, divide-se em: sistema monetário (Banco do Brasil, bancos comerciais públicos e privados) e sistema não-monetário (Finanças, Bancos de Investimentos, Sistema Financeiro de Habitação, Bancos de Desenvolvimento e outros). Dentro dessa estrutura, as instituições operam com haveres monetários (moeda em poder do público e depósitos à vista) e haveres não-monetários (depósito de poupança, depósito a prazo, letras de câmbio, letras imobiliárias, títulos públicos e outros). [...] O propósito oficial da diversificação do perfil das atividades financeiras disponíveis e das linhas de suprimento ao sistema produtivo visava maior segurança nas operações e criar condições de fiscalização dos mercados financeiros e de capitais.

Contudo, a intenção governamental de segmentação do sistema financeiro não logrou na prática o êxito esperado, ao passo que as instituições criaram mecanismos para burlar as segmentações pretendidas, sobretudo a partir de estratégias de administração de tesouraria. Formaram-se então conglomerados financeiros que eram geralmente controlados por um banco comercial e possuíam em sua estrutura

outros segmentos do mercado, tais como distribuidoras e corretoras de valores mobiliários, sociedades financeiras, bancos de investimentos e afins (PAULA, 1998).

De forma complementar, Hermann (2002) concluiu que após as reformas da década de 1960 os bancos de investimento não se tornaram os principais intermediadores e originadores de fontes de financiamento de longo prazo (através dos mercados de capitais, como era se se esperar), mas sim de recursos de curto prazo para financiar capital de giro das empresas. Dessa forma, o crescimento e financiamento desse período foi essencialmente suportado por entes públicos como o BNDE e em menor medida pelo capital estrangeiro.

Segundo Tavares (1985), no período posterior às reformas mencionadas, sobretudo após 1967, existiam uma série de fatores que pesavam sobre a estrutura do sistema bancário brasileiro, dos quais destacam-se o controle e comercialização de cartas patentes, tabelamentos de taxas de juros, exigências mínimas de volumes de capital em relação aos depósitos, dentre outros. Tais fatores teriam colaborado para o aumento da concentração no período.

A adoção pelo governo de uma estratégia explícita de aumento da concentração do setor bancário ficou ainda mais evidente a partir do ano de 1971, em que ocorreu a criação da Comissão de Fusões e Incorporações de Empresas, a COFIE. A comissão era composta por representantes de determinados ministérios juntamente com representantes do Banco do Brasil e do Banco Central. Segundo Kretzer (1996, p.41), o objetivo da COFIE era “analisar o interesse nacional nos processos de reavaliação, fusão e incorporação”.

O resultado das políticas supracitadas foi um notável aumento da concentração bancária, que pode ser observado a partir da análise de determinados dados disponíveis do sistema financeiro da época. A tabela abaixo demonstra como se comportou o sistema bancário no período de 1956 a 1981, e evidencia o aumento da concentração no ambiente pós-reforma.

**Tabela 1 - Evolução de bancos e agências**

<b>Ano</b>	<b>Nº de Bancos</b>	<b>Nº de Agências</b>
1956	403	3.714
1967	262	7.060
1973	114	7.139
1981	110	10.926

Fonte: TAVARES, 1985



Dessa forma, observa-se que de 1956 a 1967 houve uma redução de aproximadamente 35% no número de bancos, ao passo que o número de agências aumentou em 90%.

Por fim, o fracasso da reforma bancária da década de 1960 pode ser sumarizado por três principais motivos: (i) um mau entendimento das restrições de financiamento em economias em desenvolvimento, (ii) fracassos na gestão da política financeira e (iii) a existência de inflação persistente durante o período, e sua aceleração a partir da década de 1980 (HERMANN, 2002).

### **2.1.2 A Década de 1970 e o Crescente Papel do BC**

Em março 1974, ao final do governo Medici, foi aprovada a Lei 6.074, que tinha a função de regular os processos de intervenção e liquidação de instituições financeiras problemáticas, que seriam decretados e levados a cabo pelo Banco Central do Brasil. Em agosto do mesmo ano, foi editado o Decreto-lei 1.342, em que o Conselho Monetário Nacional passou a ser capaz de autorizar o BC a usar recursos da reserva monetária (que era abastecida sobretudo pelo Imposto sobre Operações Financeiras) para fins de saneamento de ativos e passivos das instituições financeiras que entrassem em situação de intervenção/liquidação.

A concessão dos referidos poderes ao Banco Central e ao CMN tinha como objetivo facilitar a reestruturação das instituições financeiras em dificuldade, endereçando seus passivos e tornando mais factível sua eventual venda (ainda que tal venda fosse somente da sua “parcela boa”) para um outro *player* do mercado (LUNDBERG, 1999).

A partir de 1974 e até o final da década de 1980 as novas atribuições e poderes do BC foram utilizados para fazer frente a instituições financeiras insolventes, buscando encontrar as chamadas soluções de mercado, para cada caso. O primeiro deles foi o do Banco União Comercial, em que a reserva monetária foi utilizada para sanar seus passivos e possibilitar sua venda ao Itaú.

Nos anos que se seguiram, outros bancos foram alvo de intervenção do BC e da utilização das reservas para fazer frente aos seus passivos e prejuízos, o que gerava polêmica e suscitava acusações de favorecimentos a determinados credores

e banqueiros, ao passo que o processo não era conduzido com a devida transparência que a situação exigia (LUNDBERG, 1999).

A situação da utilização de recursos públicos para sanar passivos de instituições financeiras seria somente encerrado com a nova constituição de 1988, em que ficou definido que o Imposto sobre Operações Financeiras fosse destinado diretamente ao Tesouro Nacional, inviabilizando recursos para a reserva monetária (LUNDBERG, 1999).

### **2.1.3 A década de 1980 e a Reforma Bancária de 1988**

O cenário no início da década de 1980 no Brasil era de crise, com problemas de diferentes ordens, conforme exposto por Kretzer (1996, p. 44):

Na primeira metade da década, os problemas eram de diversas ordens: recessão prolongada; acentuada instabilidade dos fluxos financeiros, das taxas de juros, das regras de indexação da inflação; política monetária e creditícia altamente contracionista; além do elevado endividamento das empresas e famílias. Para fechar o ciclo de dificuldades, os grupos privados nacionais passaram a conviver com a ameaça do obsolescimento dos parques industriais, em relação aos concorrentes de países industrializados.

Apesar dos problemas de ordem macroeconômica enfrentados pela economia brasileira, Carvalho (2003) aponta que não ocorreu no Brasil uma crise de ordem bancária na década de 1980, tendo havido somente a quebra de três bancos de médio e grande porte, em 1985. Aponta-se ainda o fato de que, no período, os bancos apresentaram elevada lucratividade, performando acima de seus pares da América Latina. Vale destacar que na mesma época, outros países sul-americanos enfrentavam graves crises bancárias, como foi o caso da Bolívia, Colômbia, Argentina, Uruguai, Chile e Equador (CARVALHO, 2003).

O final da década de 1980 apresentou um importante marco para o sistema financeiro brasileiro, com o primeiro deles em 1987, quando foi implementada a resolução 1.289 do CMN, que regulava as operações de investidores não-residentes no Brasil – posteriormente essa resolução sofreria ainda importantes alterações, com o “anexo” IV (1991) e “anexo” V (1992), que estimulava as operações de investidores

institucionais no mercado de capitais brasileiro e permitia a emissão de ações de empresas brasileiras em mercados estrangeiros (*American Depositary Receipts* ou ADRs), respectivamente (HERMANN, 2002).

O final da década apresentou ainda mais um importante marco, a partir da nova reforma bancária implementada em 1988 pela Resolução nº 1.524 do CMN. O ímpeto para a reforma teria ocorrido na verdade em 1983, momento em que o Brasil sofria com pressões do Banco Mundial para realizar mudanças em seu setor bancário (KRETZER, 1996).

O objetivo da reforma era principalmente fazer a estrutura bancária do país ser capaz de prover fontes de financiamento de longo prazo em um ambiente de maior estabilidade de preços. Nesse sentido entrariam em cena os bancos múltiplos, que teriam diferentes formas de formar seu passivo e simultaneamente uma maior capacidade de prover ativos de mais longo prazo. A estratégia seria viabilizada a partir de um fortalecimento dos bancos privados nacionais de grande porte (KRETZER, 1996).

Com a reforma ocorreu uma maior desregulamentação do sistema financeiro, ao mesmo tempo em que findou a segmentação legal que existia desde a reforma bancária anterior, com término da exigência de carta-patente. Destaca-se também o surgimento dos bancos múltiplos como um dos mais importantes efeitos dessa reforma (PAULA, 1998).

Na Resolução ficou posto que os bancos múltiplos poderiam conter as carteiras comercial, de investimento, de crédito imobiliário, arrendamento mercantil e/ou crédito, financiamento e investimento. Dessas, para ser considerado um banco múltiplo, a instituição deveria possuir ao menos duas carteiras, sendo pelo menos uma de investimento ou comercial. Importante ressaltar também que não haveria mais um vínculo obrigatório entre as aplicações e fontes de captações de um banco múltiplo (BARBOSA, 1996).

Na prática, a reforma bancária de 1988 somente fez refletir no arcabouço institucional e regulatório o que já ocorria na realidade, ao passo que a segmentação e compartimentação do sistema bancário nunca havia logrado o êxito esperado, e as instituições financeiras já se organizavam em conglomerados similares ao que viriam a se tornar os bancos múltiplos. O novo modelo de organização do sistema possuía ainda inspiração alemã, em oposição ao modelo anterior de cunho anglo-saxão (PAULA, 1998).

Neto e Pauli (2008) afirmam que tal reforma bancária ocorreu ainda no mesmo período que importantes mudanças no ambiente do sistema financeiro internacional, que foram instauradas pelos países membros do G-10. As mudanças foram feitas através de regulações bancárias no âmbito dos Acordos de Basileia. Os autores pontuam ainda que, em geral, as crises de dívida externa experimentadas em larga escala pelos países em desenvolvimento no período da década de 1980 teria sido consequência de um endividamento excessivo contraído junto às instituições financeiras internacionais em um contexto de relativa facilidade na obtenção de crédito.

Como efeito da reforma bancária de 1988 observamos um expressivo aumento no número de bancos operando no sistema financeiro brasileiro, com um salto de quase 110% em um período de sete anos.

**Tabela 2 - Número de IFs autorizadas por segmento (1980 a 1990)**

<b>Segmento</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>	<b>1984</b>	<b>1985</b>	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>
Banco Múltiplo	0	0	0	0	0	0	0	0	8	114	166
Banco Comercial	114	113	115	112	110	105	103	103	99	61	50
Banco de Desenvolvimento	14	14	14	14	14	14	14	13	11	10	11
Banco de Investimento	40	40	40	40	40	36	38	43	55	35	26
Caixas Econômicas	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4	2
<b>Total</b>	<b>173</b>	<b>172</b>	<b>174</b>	<b>171</b>	<b>169</b>	<b>160</b>	<b>160</b>	<b>164</b>	<b>178</b>	<b>224</b>	<b>255</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central.

#### **2.1.4 Reforma de 1995 e o Cenário Pós Plano Real: um panorama geral até o ano de 2020**

Conforme exposto por Hermann (2002, p. 94, tradução nossa)<sup>1</sup>, a década de 1990 no Brasil foi favorável a atividade financeira por conta sobretudo de quatro aspectos:

- (a) O acesso de instituições financeiras e instituições não-financeiras ao capital estrangeiro foi recuperado; (b) a atividade econômica foi estimulada e,

<sup>1</sup> No original: In general, macroeconomic and institutional conditions in the 1990s were favourable to financial activity in Brazil: (a) the access of financial and nonfinancial institutions to foreign capital was recovered; (b) economic activity was stimulated and, in 1993, investment rates began recovering (Table 3); (c) credit operations were revitalised, because of the economic upturn and price stability; (d) the capital market was stimulated, increasing the ratio of primary issues to capital formation and reducing the burden of purely speculative operations in the secondary market (Table 4).

em 1993, as taxas de investimento começaram a se recuperar; (c) operações de crédito foram revitalizadas, por conta da melhora da economia e da estabilidade de preços; (d) o mercado de capitais foi estimulado, aumentando a taxa de emissões primárias em relação a formação de capital e reduzindo o fardo de operações puramente especulativas no mercado secundário.

Foi a partir de 1993 que o governo iniciou a construção dos alicerces de um programa de controle da inflação e estabilização econômica. Tal programa ficou conhecido como Plano Real, e foi implementado ao longo do ano de 1994. A introdução da nova moeda, o real, aliada às medidas financeiras também aprovadas naquele ano causaram uma mudança no cenário macroeconômico vigente até então, o que forçou as instituições financeiras a se adaptarem a nova realidade (HAJJ, 2005).

O Plano Real tinha como objetivo principal o controle da inflação por meio da integração da economia nacional ao ambiente de comércio mundial, com uma taxa de câmbio apreciada em relação ao dólar, o que favorecia as importações. Nesse sentido, o papel das importações era fazer frente a nova demanda que havia surgido por conta do aumento da renda provocado pela redução da inflação. Tal forma de estabilização era denominada de âncora cambial, e tinha como consequência um alto déficit em conta corrente, a ser financiado através de capitais estrangeiros (investimentos estrangeiros de curto prazo e investimentos diretos) atraídos pelas altas taxas de juros da economia brasileira (LAMEIRA, 2004).

Hajj (2005) aponta que o Plano Real aumentou a credibilidade do Brasil junto aos investidores, a partir do controle da inflação e do fim da correção monetária com o gradual processo de desindexação da economia. Nesse novo cenário de menor inflação as instituições financeiras tiveram suas receitas de *floating*<sup>2</sup> drasticamente reduzidas, porém, viram no crédito uma nova avenida de ganhos, ao passo que a demanda real por ele havia aumentado.

De forma semelhante, Paula (1998) demonstra que na esteira das transformações induzidas pelo Plano Real estava uma queda brusca nas receitas com transferências inflacionárias (o próprio *float*), que saíram de 4,2% do PIB em 1993

---

<sup>2</sup> Conforme definido por Hajj (2005, p. 30): Os ganhos inflacionários referem-se às receitas obtidas pelos bancos como resultado da corrosão, pela inflação, dos valores reais dos recursos de terceiros neles depositados, sem remuneração ou remunerados abaixo da inflação. As receitas de *floating*, presentes mesmo com inflação zero, referem-se ao rendimento adicional gerado pelos recursos não remunerados ao serem aplicados pelos bancos.

para um patamar praticamente nulo em 1995. A tabela abaixo apresenta o comportamento das receitas inflacionárias antes e depois do Plano Real.

**Tabela 3 - Evolução das receitas inflacionárias como % do PIB**

<b>Ano</b>	<b>Privado</b>	<b>Público</b>	<b>Total</b>
1990	1,4%	2,6%	4,0%
1991	1,4%	2,4%	3,8%
1992	1,7%	2,3%	4,0%
1993	1,6%	2,7%	4,3%
1994	0,7%	1,3%	2,0%
1995	0,0%	0,1%	0,1%

Fonte: Adaptado de Paula e Marques (2006)

No ano posterior a implementação do Plano Real, em 1995, o ambiente no sistema financeiro era de turbulência, com diversos empréstimos em situação de atraso devido à repercussão da crise do México na economia brasileira e aos percalços da transição do sistema bancário para um cenário de estabilidade. Nesse ano ocorreu então um forte aperto monetário, e a taxa de juro saiu de 20% para 65%, desacelerando a economia como um todo e aumentando as pressões e os riscos sobre os empréstimos concedidos (PAULA, 2011).

Isso fez com que o SFN ficasse próximo de uma grave crise naquele ano, o que levou o governo a adotar determinadas medidas com o objetivo de estabilizar o sistema (PAULA, 1998).

Cysne e Costa (1997) pontuam que a instabilidade observada no segundo semestre de 1995 na política creditícia era fruto também de um consumismo excessivo como consequência da abundância de crédito fácil. Ocorria que os consumidores aparentemente ainda não haviam plenamente se adaptado a um ambiente com maior estabilidade de preços e sem correções nominais de salários como antes, o que parece ter levado a um comportamento mais irracional na tomada de crédito. Desse processo decorreu um aumento da inadimplência e uma deterioração da saúde do sistema financeiro nacional. A inadimplência de pessoas físicas, por exemplo, saltou de 5,75% no primeiro semestre de 1994 para 16,67% em novembro de 1995. Ficou claro também que as instituições financeiras não possuíam modelos de análise de crédito suficientemente robustos para evitar perdas excessivas.

Outro fator que potencialmente desestabilizou o sistema e afetou sobretudo IFs de pequeno porte teria sido a adesão do Brasil ao acordo de Basiléia em 1994, por

meio da Resolução nº 2.099. Nela ficou estipulada que a exigência mínima de capital seria de 8% em relação ao risco de suas operações ativas, o que seria depois elevado até 11%, através da Resolução nº 2.784 de 1997. Tal mudança regulatória representou uma dificuldade adicional à sobrevivência de instituições financeiras que operavam de forma mais alavancada, sendo a maior parte delas IFs de pequeno e médio porte (PAULA; MARQUES, 2006).

Entre os anos de 1994 e 1995 foram registrados mais de 25 casos de insolvência bancária (entre casos de liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária ou intervenção), o que refletia a fragilidade em que o sistema financeiro se encontrava (CYSNE; COSTA, 1997).

Conforme exposto por Salviano Junior (2004), existiam também uma série de problemas graves envolvendo sobretudo os bancos estaduais, o que ficaria latente a partir da agravada deterioração financeira do Banerj e do Banespa, que culminou com a decretação do regime especial neles no final de 1994.

Para endereçar essa situação o governo adotou uma série de medidas no ano de 1995, das quais destacam-se incentivos fiscais para a incorporação de IFs, criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), instituição do Fundo de Garantia de Créditos (FGC), estabelecimento de dificuldades para a criação de novas IFs, estímulo aos processos de fusões e incorporações e facilitação à entrada de capital e instituições estrangeiras no país (PAULA, 1998).

O PROER foi criado pela Resolução 2.208<sup>3</sup> em novembro de 1995, e tinha como objetivo garantir a solvência e liquidez do sistema bancário. Esse objetivo seria alcançado através da criação de uma linha de assistência financeira especial “destinada a financiar reorganizações administrativas, operacionais e societárias de instituições financeiras que resultem na transferência de controle ou na modificação de objeto social para finalidades não-privativas de instituições financeiras” (PUGA, 1999, p.12).

O PROER permitia ainda que as instituições participantes obtivessem benefícios no que tange os gastos com reestruturação e afins, que podiam ser diferidos por 10 semestres. Havia também um afrouxamento temporário das

---

<sup>3</sup> Cysne e Costa (1997) ressaltam também que um dos motivadores da criação do PROER teria sido os problemas observados na utilização do RAET nos casos do Banerj, Banespa e Banco Econômico, entre o final de 1994 e meados de 1995.

exigências referentes ao Acordo de Basileia. Vale ressaltar que os recursos utilizados no programa eram oriundos dos próprios depósitos compulsórios recolhidos das instituições que compunham o sistema financeiro, e dessa forma não afetavam negativamente o orçamento fiscal do governo (PUGA, 1999). Após a implantação do PROER, o Banco Central realizou a reestruturação de quatro bancos privados (Banco Nacional, Banco Economico, Banorte e Bamerindus) utilizando-se do modelo de cisão *good bank/bad bank* (LUNDBERG, 1999). Abaixo pode-se observar as instituições financeiras que foram adquiridas com incentivos do PROER:

**Tabela 4 - Aquisições de IFs via PROER**

<b>Ano</b>	<b>IF Vendida</b>	<b>IF Compradora</b>
1995	Banco Nacional	Unibanco
1996	Banco Econômico	Banco Excel
1996	Banco Mercantil	Banco Rural
1996	Banco Banorte	Banco Bandeirantes
1996	Banco Martinelli	Banco Pontual
1996	Banco United	Banco Antônio Queiroz
1997	Banco Bamerindus do Brasil	HSBC

Fonte: Adaptado de Paula e Marques (2006, *apud* PUGA, 2001, p.8)

Em 1995 ocorreu também um importante fortalecimento da figura do Banco Central enquanto agente garantidor da estabilidade do sistema financeiro nacional, ao passo que ele obteve maiores poderes para intervir e liquidar instituições financeiras problemáticas. Tal fortalecimento encontrou respaldo legal na Medida Provisória 1.182 (transformada na Lei 9.447 de 14/03/1997) de novembro de 1995, que permitiu que os agentes liquidantes, interventores e conselhos diretores do RAET<sup>4</sup>, mediante autorização do BC, pudessem negociar ativos (por meio de transferências, alienações ou cessões), renegociar passivos e reorganizar/constituir sociedades. Esses novos poderes foram então essenciais para possibilitar a separação da parte saudável da IF (chamada de *good bank*) da parte insolvente (chamada de *bad bank*), dentro de uma lógica de modelo de cisão (LUNDBERG, 1999).

<sup>4</sup> Conforme explicado por Lundberg (1999, p. 6): Depois das campanhas eleitorais nos Estados de 1986, muitos bancos estaduais apresentavam problemas de liquidez. Como a Lei 6.404/74 não dava a necessária flexibilidade para a intervenção nos bancos oficiais estaduais, foi editado o Decreto-lei 2.321, de 25.02.87, criando o regime de administração especial temporária – RAET (uma figura jurídica mais branda de intervenção), permitindo o uso da Reserva Monetária no saneamento das instituições sob esse regime especial. Nesse período o Banco Central decretou o RAET em diversos bancos estaduais, entre eles os do Rio de Janeiro (Banerj), Bahia (Baneb) e Ceará em fevereiro, e o Crédito Real de Minas Gerais em maio daquele mesmo ano.



Conforme já mencionado, no ano de 1995 ocorreu também a criação do FGC, que funcionaria como um mecanismo privado de seguro de depósitos. Conforme explicado por Lundberg (1999, p. 10):

O FGC é uma associação civil sem fins lucrativos, com prazo indeterminado de duração e constituído sob a forma de sociedade de direito privado, tendo por objetivo dar cobertura a depósitos e aplicações nas hipóteses de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência de instituição que participe do referido fundo, ou, ainda, de reconhecimento pelo BCB, de estado de insolvência da instituição que, nos termos da legislação vigente, não esteja sujeita aos regimes acima mencionados. A proteção aos depositantes foi fixada em até R\$ 20 mil por depositante, com efeito retroativo às instituições intervindas e liquidadas após o Plano Real.

Em agosto de 1995 foi publicada a Exposição de Motivos nº 311, que consistiu em uma recomendação do ministro da Fazenda ao presidente da República, para que esse reconhecesse como sendo do interesse nacional uma maior participação do capital estrangeiro em instituições financeiras nacionais. A justificativa para tal recomendação residia na conclusão de que os bancos nacionais eram amplamente dependentes das receitas oriundas das transferências inflacionárias, e que no novo período de menor inflação ficara evidente que havia uma escassez de capital no Brasil (CARVALHO; VIDOTTO, 2007).

Sendo assim, seria benéfica a entrada do capital estrangeiro nas instituições financeiras nacionais, ao passo que isso fortaleceria a estabilidade do sistema financeiro nacional e aumentaria sua eficiência, trazendo uma conseqüente redução em custos de serviço. Ao mesmo tempo, acreditava-se que ocorreria uma melhora na eficiência da alocação da poupança nacional, bem como haveria uma redução das dificuldades do setor externo. Era esperado também que houvesse um desejável aumento na concorrência do setor, que em tese se traduziria em reduções de custos aos clientes e melhores serviços (CARVALHO; VIDOTTO, 2007).

A liberalização da entrada de bancos estrangeiros no Brasil, aliada a medidas do governo como o PROER, possibilitaram a compra de instituições financeiras nacionais pelas estrangeiras, conforme elencam Paula e Marques (2006, p. 249-250):

i) a compra do Bamerindus pelo britânico HSBC, que adquiriu o controle com recursos do PROER e, com isso, ficou sendo, até novembro de 1998, o maior

banco estrangeiro no sistema financeiro brasileiro; (ii) o espanhol Santander (BSCH), já presente no país, comprou o Banco Geral do Comércio em agosto de 1997 e o Noroeste em outubro de 1997 e em 2000 adquiriu o Grupo Meridional; em seguida, em novembro de 2000 comprou o Banespa (a maior aquisição bancária feita nos últimos anos), passando a ocupar a 6ª colocação no ranking geral dos bancos; (iii) o Sudameris, de controle italiano/francês, adquiriu o Banco América do Sul em março de 1998; (iv) o espanhol Bilbao Vizcaya adquiriu, em outubro de 1998, o Excel-Econômico; (v) o holandês ABN Amro Bank comprou o Banco do Estado de Pernambuco, e em novembro de 1998, o Banco Real, e passou a ser o maior banco estrangeiro na época.

Em novembro de 1995 ocorreu a instituição da Resolução 2.212, que foi responsável por dificultar a formação de novas instituições financeiras e simultaneamente criar mecanismos de incentivos a fusões, aquisições e incorporações. Nesse sentido, ocorreu um aumento na requisição de capital mínimo para a abertura de novos bancos (PUGA, 1999).

Nos anos seguintes à 1995 também ocorreram outras mudanças de regulamentação bancária que foram colaborando para o refinamento do processo em curso de evolução do SFN. Em 1996 por exemplo houve a instituição das Medidas Provisórias 1.334 (auditores contábeis passaram a poder ser responsabilizados por eventuais irregularidades em IFs), 1.514 (criação do PROES), 2.302 (que versava sobre os casos de bancos que possuíam participações societárias no exterior) e 2.303 (autorizou IFs a cobrarem tarifas pelas prestações de serviços) (PUGA, 1999).

Das medidas acima elencadas, possivelmente a mais relevante foi a MP 1.514, que instituiu a criação do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária (PROES). Conforme exposto por Salviano Junior (2004), o objetivo do PROES era buscar a máxima redução de instituições financeiras controladas por governos estaduais no SFN, e para tal utilizava como instrumento linhas de financiamento concedidas pelo governo federal aos estados, que então deveriam escolher uma das alternativas<sup>5</sup> disponibilizadas para endereçar o problema da instituição financeira.

---

<sup>5</sup> Conforme elencado por Salviano Junior (2004), as alternativas eram: saneamento da instituição, extinção (para o caso de IFs já previamente liquidadas), privatização (que deveria seguir o processo padrão para venda de bens públicos, com as receitas oriundas da alienação remetidas para amortização do financiamento concedido pelo governo federal), aquisição da IF pelo governo federal (com sua posterior extinção ou privatização) ou transformação da IF em instituição não financeira.

No programa ficou posta a possibilidade de cada estado definir voluntariamente se gostaria de aderir a ele, podendo escolher também a modalidade de participação. O PROES funcionava de forma que a União financiava 100% do custo de ajuste (com exceção dos casos em que o governo estadual mantivesse ainda controle da IF, ficando o empréstimo limitado a 50%, com o governo estadual provendo o resto) (SALVIANO JÚNIOR, 2004).

Como consequência do programa, “das 64 instituições financeiras estaduais existentes em agosto de 1996, foram extintos, privatizados ou transformados em agências de fomento 41” (SALVIANO JÚNIOR, 2004, p.125). Para além da diminuição do número de instituições existentes, observa-se também uma expressiva redução em termos de participação das IFs estaduais no sistema financeiro, ao passo que, por exemplo, a participação delas nos Ativos totais do SFN saiu de quase 20% em 1996 para menos de 5% em 2001 (SALVIANO JÚNIOR, 2004). De forma complementar, Paula e Marques (2006) elencam as privatizações dos bancos estaduais ocorridos entre 1997 e 2004:

**Tabela 5 - Privatizações de Bancos Estaduais**

<b>Ano</b>	<b>IF Privatizada</b>	<b>IF Compradora</b>	<b>Valor (milhões)</b>
1997	Banerj	Itaú	R\$ 311
1997	Credireal	BCN	R\$ 127
1997	Meridional	Bozano, Simonsen	R\$ 266
1998	Bemge	Itaú	R\$ 583
1998	Bandepe	ABN Amro	R\$ 183
1998	Baneb	Bradesco	R\$ 260
2000	Banestado	Itaú	R\$ 1.625
2000	Banespa	Santander	R\$ 7.050
2001	Paraiban	ABN Amro	R\$ 76
2001	BEG	Itaú	R\$ 665
2002	BEA	Bradesco	R\$ 183
2004	BEM	Bradesco	R\$ 78

Fonte: Adaptado de Paula e Marques (2006)

Vale ressaltar que a década de 1990 foi um período de consolidação bancária, em que ocorreram uma série de fusões e aquisições entre instituições financeiras, tanto no Brasil – pelos motivos previamente elencados – quanto no resto do mundo. Paula e Marques (2006) apontam basicamente para a existência de três causas da consolidação bancária a nível global, quais sejam: (i) desenvolvimento de tecnologias da informação e de telecomunicações, que apresentam relevância para o setor

bancário dado a necessidade de velocidade na circulação de informações; (ii) desregulamentação do setor financeiro e abertura para a entrada de instituições estrangeiras; (iii) alterações nas estratégias de negócio dos bancos, que se viam em uma situação de pressão pela entrega de resultados aos seus acionistas, levando-os a buscarem fontes alternativas de *funding*.

As tabelas 6, 7 e 8 abaixo apresentam um panorama geral da evolução do número de instituições autorizadas a funcionar<sup>6</sup> no período de 1995 a 2020.

**Tabela 6 - Número de IFs autorizadas a funcionar por segmento (1995-2004)**

<b>Segmento</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Banco Múltiplo	200	190	174	170	164	159	146	139	139	141
Banco Comercial	36	37	37	31	28	30	30	25	24	25
Banco de Desenvolvimento	6	6	6	6	4	5	4	4	4	4
Banco de Investimento	18	23	22	21	22	20	20	24	22	22
Caixas Econômicas Est./Fed.	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1
<b>Subtotal Bancos</b>	<b>262</b>	<b>258</b>	<b>241</b>	<b>230</b>	<b>219</b>	<b>215</b>	<b>201</b>	<b>193</b>	<b>190</b>	<b>193</b>
Sociedade de Crédito, Fin. e Inv.	47	50	49	44	43	44	44	46	47	47
Sociedade Corretora de Câmbio	47	38	38	38	40	42	42	43	43	46
Soc. de Arrendamento Mercantil	78	74	81	81	81	78	73	65	59	53
SCM	0	0	0	0	0	0	21	37	49	51
Agência de Fomento	0	0	0	0	0	0	10	10	11	12
Outros <sup>1</sup>	26	27	26	25	26	25	25	24	24	24
CTVM/DTVM	553	493	434	402	377	361	336	307	296	282
Cooperativa de Crédito	936	992	1092	1176	1234	1294	1377	1426	1453	1438
Sociedade Adm. de Consórcio	460	446	432	421	407	408	399	376	366	362
<b>Subtotal Demais IFs</b>	<b>2147</b>	<b>2120</b>	<b>2152</b>	<b>2187</b>	<b>2208</b>	<b>2252</b>	<b>2327</b>	<b>2334</b>	<b>2348</b>	<b>2315</b>
<b>Total</b>	<b>2409</b>	<b>2378</b>	<b>2393</b>	<b>2417</b>	<b>2427</b>	<b>2467</b>	<b>2528</b>	<b>2527</b>	<b>2538</b>	<b>2508</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central.

Ao longo da década seguinte ao Plano Real e às reformas bancárias que o sucederam pode-se notar uma redução de aproximadamente 26% no número de bancos no período.

<sup>6</sup> A linha "Outros" considera o somatório de bancos de câmbio, companhias hipotecárias, instituições de pagamento, sociedades de crédito direto, sociedades de empréstimo entre pessoas e sociedade de crédito imobiliário e associação de poupança e empréstimo.

Tabela 7 - Número de IFs autorizadas a funcionar por segmento (2005-2014)

Segmento	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Banco Múltiplo	136	137	135	138	145	139	139	138	132	130
Banco Comercial	23	22	21	21	19	20	21	23	23	22
Banco de Desenvolvimento	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Banco de Investimento	20	18	17	18	16	15	14	14	14	14
Caixas Econômicas Est./Fed.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<b>Subtotal Bancos</b>	<b>184</b>	<b>182</b>	<b>178</b>	<b>182</b>	<b>185</b>	<b>179</b>	<b>179</b>	<b>180</b>	<b>174</b>	<b>171</b>
Sociedade de Crédito, Fin. e Inv.	52	52	53	55	58	61	60	59	58	58
Sociedade Corretora de Câmbio	45	49	46	45	45	44	49	57	62	66
Soc. de Arrendamento Mercantil	48	42	38	36	34	33	31	30	29	27
SCM	55	56	52	47	46	45	42	40	38	40
Agência de Fomento	12	12	12	12	14	15	16	16	16	16
Outros <sup>1</sup>	24	24	24	24	23	23	24	21	22	19
CTVM/DTVM	271	252	244	243	236	234	227	213	209	200
Cooperativa de Crédito	1439	1452	1465	1462	1416	1377	1328	1269	1209	1163
Sociedade Adm. de Consórcio	346	338	331	317	309	301	284	222	199	186
<b>Subtotal Demais IFs</b>	<b>2292</b>	<b>2277</b>	<b>2265</b>	<b>2241</b>	<b>2181</b>	<b>2133</b>	<b>2061</b>	<b>1927</b>	<b>1842</b>	<b>1775</b>
<b>Total</b>	<b>2476</b>	<b>2459</b>	<b>2443</b>	<b>2423</b>	<b>2366</b>	<b>2312</b>	<b>2240</b>	<b>2107</b>	<b>2016</b>	<b>1946</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central.

De meados dos anos 2000 até meados da década de 2010 também é possível novamente notar-se uma queda no número de bancos, dessa vez mais sensível, no patamar de 7%.

Tabela 8 - Número de IFs autorizadas a funcionar (2015-2020)

Segmento	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Banco Múltiplo	132	133	132	131	132	137
Banco Comercial	21	21	21	20	20	20
Banco de Desenvolvimento	4	4	4	4	4	4
Banco de Investimento	13	14	13	12	11	10
Caixas Econômicas Est./Fed.	1	1	1	1	1	1
<b>Subtotal Bancos</b>	<b>171</b>	<b>173</b>	<b>171</b>	<b>168</b>	<b>168</b>	<b>172</b>
Sociedade de Crédito, Fin. e Inv.	53	53	56	58	59	60
Sociedade Corretora de Câmbio	63	63	61	63	55	53
Soc. de Arrendamento Mercantil	27	25	24	21	21	19
SCM	40	38	38	36	33	31
Agência de Fomento	16	16	16	16	16	16
Outros <sup>1</sup>	19	17	19	24	48	90
CTVM/DTVM	189	180	170	162	161	160
Cooperativa de Crédito	1113	1078	1023	973	920	886
Sociedade Adm. de Consórcio	172	166	156	152	148	144
<b>Subtotal Demais IFs</b>	<b>1692</b>	<b>1636</b>	<b>1563</b>	<b>1505</b>	<b>1461</b>	<b>1459</b>
<b>Total</b>	<b>1863</b>	<b>1809</b>	<b>1734</b>	<b>1673</b>	<b>1629</b>	<b>1631</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central.

Por fim, chega-se a uma estabilidade no número de bancos autorizados a funcionar no período de 2015 a 2020.

De forma geral, conforme pode ser observado nas tabelas 6, 7 e 8 acima, houve uma redução de 90 bancos no período de 1995 a 2020, o que pode ser parcialmente explicado pelos processos de fusões e aquisições que ocorreram durante esses 25 anos.

Os processos de fusões e aquisições possuem especial relevância pois são capazes de alterar de forma significativa a estrutura e o nível de competição de determinado mercado. Aquisições podem ser entendidas como operações em que há uma mudança permanente na estrutura societária de uma ou mais empresas, através da compra de parte ou da totalidade das ações de uma companhia ou de seus ativos. Já as fusões consistem nas operações em que duas ou mais empresas se unem através da troca de ações, resultando disso uma nova empresa ou a permanência de somente a personalidade jurídica de uma delas (FRANCO; CAMARGOS, 2011).

Tais processos são parte da estratégia empresarial de crescimento e sobrevivência da firma, pois a partir deles é possível adquirir novas tecnologias, clientes, adentrar novos mercados e, no limite, acelerar o ganho de *market share* (FRANCO; CAMARGOS, 2011). A tabela abaixo apresenta as principais fusões e aquisições ocorridas entre os maiores bancos brasileiros entre 1995 e 2020.

**Tabela 9 - Principais aquisições/incorporações dos maiores bancos do Brasil**

IF Compradora	IF Vendida	Ano
Banco do Brasil	BESC	2007
	BEP	2008
	Nossa Caixa	2008
	Votorantim	2009
	Patagonia	2010
	Postal	2010
	Eurobank	2012
Bradesco	BCN/Credireal	1998
	Baneb	1999
	Boavista	2000
	Mercantil de SP	2002
	Bilbao Vizcaya	2003
	BEC	2005
	BMC	2007
	Ágora Corretora	2008
	Ibi	2009
	BERJ	2011
	HSBC	2015
	BAC Florida Bank	2019
Itaú	Banerj	1996
	Bemge	1998

	Banestado	2000
	BEG	2001
	BBA Creditanstalt	2002
	Bankboston	2006
	Unibanco	2008
	Credicard	2013
	CorpBanca	2014
	XP Investimentos	2017
	Verbank Securities	2020
HSBC	Bamerindus	1997
	Lloyds Bank	2003
Unibanco	Nacional	1995
	Dibens	1998
	Fininvest	2000
	Credibanco	2000
	Bandeirantes	2000
	BNL	2004
Santander	Geral Comércio	1997
	Noroeste	1997
	Bozano, Simonsen	2000
	Meridional	2000
	Banespa	2000
	ABN Amro	2008
	Banco Real	2009
	Banco Bonsucesso	2014

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Paula (2011) e dados divulgados pelas próprias IFs.

Até 2007 o Banco do Brasil era impedido pelo governo de participar de operações de fusões e aquisições. Após a superação desse ponto, o banco começou a participar da onda de *M&As* que vinha ocorrendo no mercado, através da aquisição de três bancos públicos (Banco do Estado de Santa Catarina, Banco do Estado do Piauí e Nossa Caixa) entre 2007 e 2008.

O Bradesco apresentou uma forte presença nos processos de fusões e aquisições de instituições financeiras ao longo do período de 1995 a 2020, tendo realizado inicialmente a compra do Banco de Crédito Nacional e do Banco do Estado da Bahia no final da década de 1990. A aquisição da Ágora Corretora complementou o portfólio do banco no segmento de varejo, visto que na época ela era uma das maiores corretoras do mercado brasileiro.

Um dos bancos mais ativos em *M&As* no período foi o Itaú, que após as reformas bancárias de 1995-1996 adquiriu inicialmente quatro bancos estaduais (Banco do Estado do Rio de Janeiro, Banco do Estado de Minas Gerais, Banco do Estado do Paraná e Banco do Estado de Goiás). A quinta aquisição, o BBA

Creditanstalt consagrou a entrada do Itaú no meio dos bancos de investimentos, e passou a contar com expertise, produtos e serviços de um banco de “atacado”. Posteriormente, a aquisição do BankBoston viria a complementar esse segmento, agregando sobretudo clientes para a área de *wealth management* (gestão de grandes fortunas). Em 2008 por sua vez ocorreu a icônica fusão com o Unibanco, tornando o Itaú-Unibanco com folga o maior banco privado do Brasil.

Dentre os bancos estrangeiros, o HSBC foi um dos que realizou sua entrada no Brasil no contexto do estímulo por parte do governo à vinda de IFs de fora, e optou por se estabelecer no país por meio da compra do Bamerindus em 1997, viabilizada em grande medida por recursos do PROER, que injetou R\$ 5,8 bilhões na IF estadual. Inicialmente, o objetivo era transformar o HSBC, através do Bamerindus, no maior banco privado brasileiro. Contudo, tal como o ocorrido com a maior parte dos bancos estrangeiros que tentaram se estabelecer no Brasil, o plano não se concretizou, o que culminou com sua venda ao Bradesco em 2015.

O banco espanhol Santander viu nas fusões e aquisições um bom caminho para se estabelecer no país, com destaque para a aquisição do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) em 2000, pela cifra de U\$ 7 bilhões. As aquisições realizadas ao longo do período ajudaram a alçar o Santander a posição de um dos maiores bancos privados do Brasil, e o consolidou como um dos poucos bancos estrangeiros a obter êxito operando em território brasileiro como um banco comercial.

Outros bancos estrangeiros realizaram aquisições durante o período, como o Sudameris (comprou o America do Sul em 1998), ABN Amro (adquiriu o Banco Real em 1998) e BBV (comprou o Excel-Econômico em 1998). Vale ressaltar também que o protagonismo dos bancos nacionais no mercado bancário brasileiro destoava do resto da experiência latino-americana. Nos demais países da América Latina observou-se frequentemente que foram na verdade os bancos estrangeiros que se tornaram as principais instituições financeiras. Conforme descrito por Paula (2011), em sua visão existem quatro pontos que possivelmente explicariam para tais diferenças.

Primeiramente, a alta inflação que existiu no Brasil até a implantação do Plano Real teria conferido às instituições financeiras brasileiras um importante dinamismo e desenvolvimento tecnológico, que as permitiu saber navegar e tirar vantagem do ambiente de alta volatilidade macroeconômica. Em segundo lugar, a crise de 1994/1995 teria tido um impacto de menor escala no Brasil, quando comparado a economias como México e Argentina, por exemplo. Além disso, o Banco Central teve



uma rápida reação aos problemas no setor bancário pós Plano Real, o que evitou que houvesse uma crise sistêmica. Por fim, o governo foi capaz de manejar e de certa forma evitar uma fuga de capitais após a crise de 1997, aliado a uma realocação do portfólio das instituições financeiras (PAULA, 2011).

A tabela abaixo demonstra a evolução do ranking das vinte maiores instituições financeiras medido pela sua participação no percentual do ativo total do sistema financeiro.

**Tabela 10 - 20 maiores IFs em % do ativo total do SFN**

Dez/1995		Dez/2008		Dez/2020	
IF	% Ativo	IF	% Ativo	IF	% Ativo
CEF	13,4%	Itau	19,1%	Itau	17,0%
Banco do Brasil	13,3%	Banco do Brasil	15,4%	Banco do Brasil	15,0%
Banespa	8,2%	Bradesco	12,0%	CEF	12,7%
BNDES	7,3%	Santander	10,4%	Bradesco	12,0%
Bradesco	4,8%	CEF	9,0%	Santander	8,8%
Unibanco	3,7%	BNDES	8,2%	BNDES	7,0%
Itau	3,3%	HSBC	3,4%	BTG Pactual	2,3%
Bamerindus	2,4%	Votorantim	2,2%	Safra	1,9%
Banrisul	2,0%	Safra	2,0%	Votorantim	1,0%
Real	1,9%	Nossa Caixa	1,6%	Citibank	0,9%
BCN	1,5%	Citibank	1,2%	JP Morgan Chase	0,8%
Nossa Caixa	1,5%	BNP Paribas	0,8%	Banrisul	0,8%
Aplicap	1,4%	Banrisul	0,8%	Cielo	0,8%
Safra	1,2%	Credit Suisse	0,7%	Bancoob	0,7%
Credireal	1,1%	Ubs Pactual	0,6%	Credit Agricole	0,7%
Banerj	1,0%	Deutsche	0,5%	Sicredi	0,6%
Economico	1,0%	BNB	0,5%	Redecard	0,6%
BNB	0,9%	Alfa	0,5%	BNP Paribas	0,6%
CCF Brasil	0,9%	BBM	0,4%	Credit Suisse	0,6%
Banestado	0,9%	Banco Volkswagen	0,4%	XP	0,5%

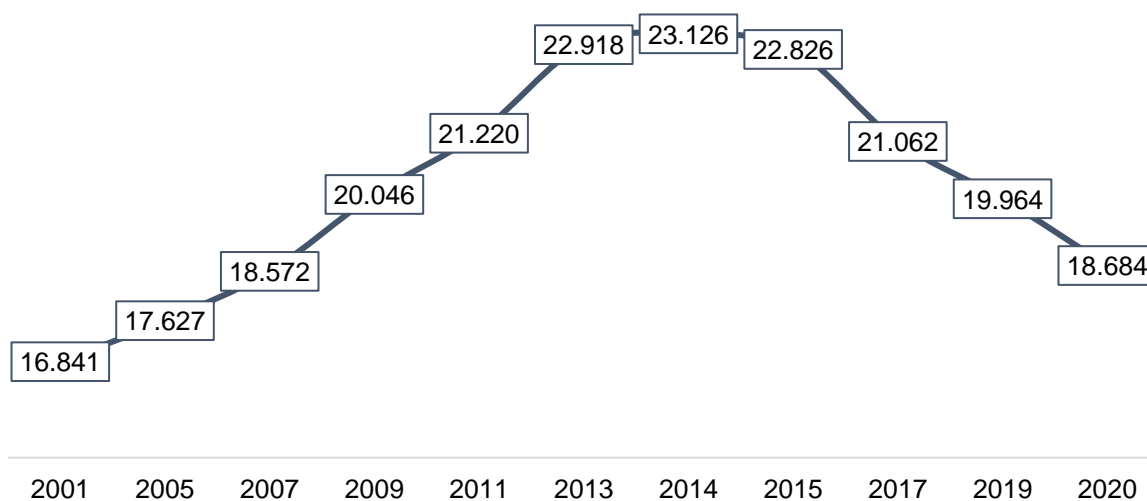
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central

Interessante notar também como se deu a evolução do número total de agências bancárias no país ao longo dos anos. O gráfico 1<sup>7</sup> abaixo demonstra que o número de agências aumentou de 2001 a 2013, atingindo seu pico em 2014. Contudo, a partir de 2015 observa-se o início do declínio, que se perpetua nos anos seguintes. Tal queda pode ser explicada por uma mudança de estratégia dos bancos, que

<sup>7</sup> Para melhor visualização, alguns anos foram ocultados.

buscaram aumentar a eficiência de suas operações em um contexto de digitalização de serviços financeiros permitida, dentre outras coisas, por uma maior penetração no uso de *smartphones* aliado a mudanças de hábito dos clientes.

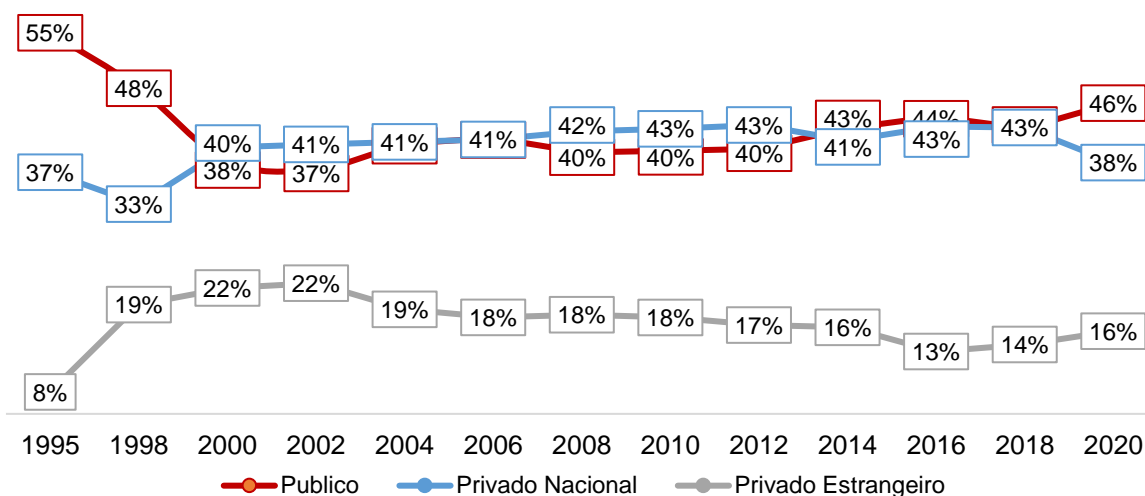
**Gráfico 1 - Evolução do Número de Agências Bancárias**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central

O gráfico 2 abaixo mostra a evolução da distribuição do total de agências bancárias do sistema financeiro nacional por tipo de controle. Pode-se observar que entre 1995 e 1998 ocorre uma queda na participação das IFs públicas e privadas nacionais no total de agências, ao passo que as instituições financeiras estrangeiras aumentam seu percentual de participação sobre o total. Contudo, após o ano de 2000, há uma relativa estabilidade nos dados.

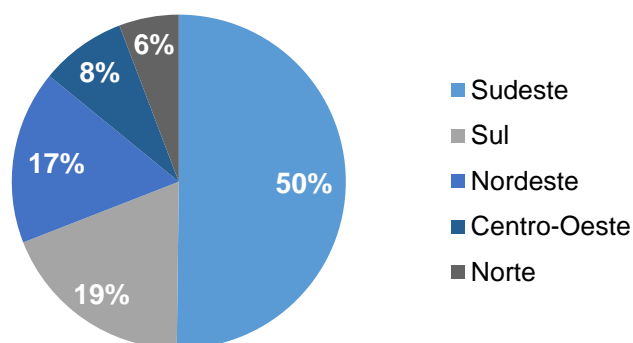
**Gráfico 2 - Evolução da Distribuição de Agências por Segmento**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central

O gráfico 3 por sua vez demonstra a divisão das agências por região, de forma que o Sudeste apresenta o maior número de agências, conforme seria esperado, dado sua maior população. Contudo, calculando-se o número de agências por cada 100.000 habitantes, obtém-se o resultado observado na tabela 11 abaixo. Nela pode-se notar que, proporcionalmente, as regiões Norte e Nordeste possuem aproximadamente metade do número de agências em relação às regiões Sul e Sudeste.

**Gráfico 3 - Distribuição de agências bancárias por região em 2020**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central

**Tabela 11 - Número de agências a cada 100 mil habitantes (2020)**

<b>Região</b>	<b>Agências/100 mil Habitantes</b>
Sul	11,7
Sudeste	10,5
Centro-Oeste	9,4
Norte	5,8
Nordeste	5,5

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central e IBGE

Importante realizar-se também a análise de dados do sistema financeiro nacional a partir do ponto de vista do tipo de controle de cada instituição. Ao longo do tempo no Brasil desenvolveram-se instituições financeiras oriundas basicamente de três grandes blocos de controle, quais sejam: públicas (tanto federais quanto estaduais), privadas com controle nacional e privadas com controle estrangeiro.

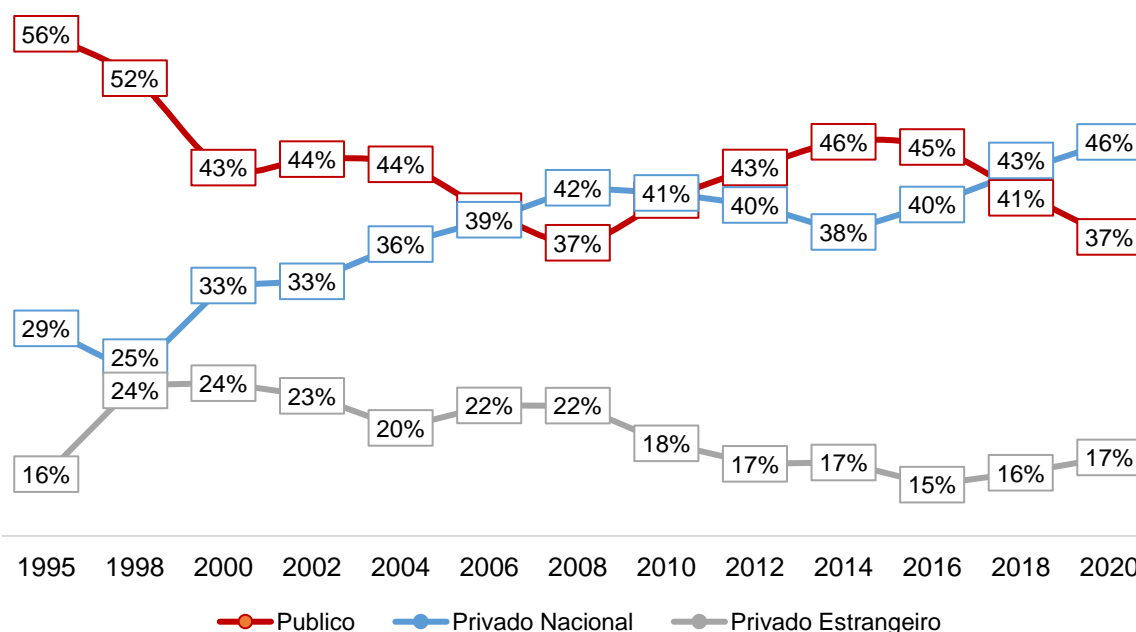
O gráfico 4 abaixo demonstra o comportamento do *market share* das instituições financeiras medido pelo seu percentual de participação no total do ativo do SFN e agrupadas pelos seus blocos de controle, entre os anos de 1995 e 2020. Observa-se claramente uma tendência de queda na participação das IFs com controle público a partir de 1995 e que se estendeu ao longo dos 5 anos seguintes, posteriormente se estabilizando acima de 40% (com exceção de 2008 e 2020, anos atípicos e que apresentaram crises econômicas). Essa queda inicial pode ser possivelmente explicada pelas mudanças ocorridas no ambiente pós Plano Real e pela onda de privatizações desencadeada por programas como o PROES e PROER. Contudo, no período de 2009 a 2015 houve um forte aumento no *market share* dos bancos públicos, em particular os três grandes bancos federais (Banco do Brasil, CEF e BNDES) que tiveram uma forte atuação contracíclica no mercado de crédito a partir de crise financeira global de 2008. Já a partir de 2016, esse segmento, por determinação do governo federal, passou a desacelerar relativamente os demais segmentos, sua participação no mercado de crédito.

Entre 1995 e 1998 ocorreu uma perda de *market share* por parte das IFs privadas com controle nacional, o que provavelmente reflete a entrada dos concorrentes estrangeiros no mercado nacional a partir da exposição de motivos nº 311 em 1995. Contudo, a queda inicial de 4% na participação de mercado foi posteriormente recuperada, entre 1998 e 2000, reflexo em grande parte da reação dos bancos nacionais à entrada das IFs estrangeiras. Conforme exposto na tabela 9,

foi a partir de 1998 que os bancos brasileiros iniciaram com maior afinco sua participação nos processos de fusões e aquisições, que até então vinham sendo capitaneados principalmente pelos bancos estrangeiros. Após 2002 percebe-se também que as IFs privadas nacionais deram continuidade ao seu processo de ganho de *market share*, o que culminou na sua maior fatia de mercado em 2020, com um recorde de 46% do total de ativos do sistema financeiro nacional.

Já as instituições financeiras estrangeiras, após o pico de 24% de *market share* atingido entre 1998 e 2000 (oriundo da sua entrada no mercado brasileiro a partir de 1995 e da onda de fusões e aquisições que lideraram inicialmente), iniciaram um processo de perda de participação de mercado, que parece ter se estabilizado na faixa entre 15% e 17%. Vale ressaltar que o Santander sozinho representa aproximadamente 51% dos 17% de *market share* de 2020, dado que ele foi um dos poucos bancos estrangeiros que tiveram êxito em se manter competitivo e crescendo dentro do mercado brasileiro.

**Gráfico 4 - Evolução do *Market Share* Medido pelo Ativo**

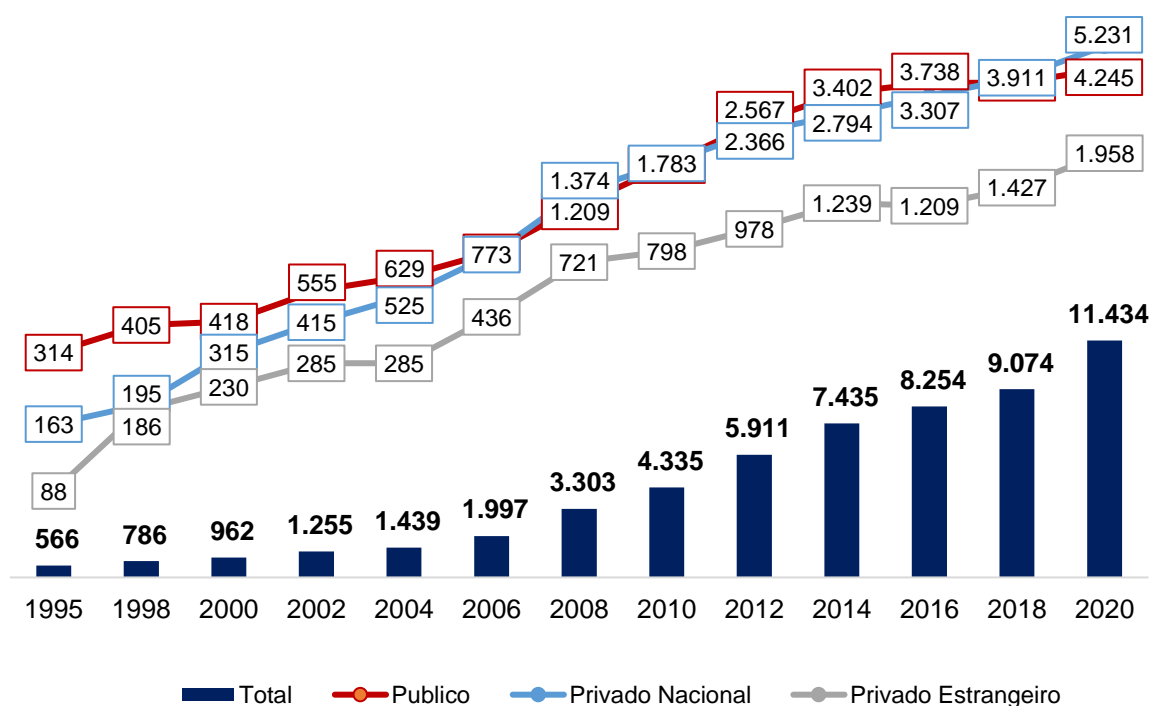


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central

O gráfico 5 abaixo complementa a análise feita do gráfico 4, mostrando a evolução do ativo por bloco de controle em termos nominais. Nota-se que apesar da

perda de *market share* dos bancos públicos entre 1995 e 2000, nominalmente essas IFs foram capazes de aumentar sua base de ativos em aproximadamente 33%. Fica claro também a tendência de crescimento do ativo dos três grupos de controle, apesar das diferentes proporções em que esse crescimento se deu, conforme mostrado pelo gráfico 4. Ressalta-se também que o ativo total do SFN aumentou em mais de 1.900% entre 1995 e 2020, aumento esse consideravelmente acima da inflação registrada no período, que foi de aproximadamente 354%.

**Gráfico 5 - Evolução do Ativo Total do SFN por Tipo de Controle (em bilhões de reais)**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central

Analisando-se a evolução da distribuição da carteira de crédito do sistema financeiro nacional dividido por tipo de controle, demonstrado no gráfico 6 abaixo, percebe-se um comportamento semelhante ao retratado no gráfico 4. Para as IFs públicas, nota-se uma acentuada queda inicial entre os anos 2000 e 2002, ao passo que tanto as IFs privadas nacionais quanto as estrangeiras ampliaram suas participações na carteira de crédito do SFN.

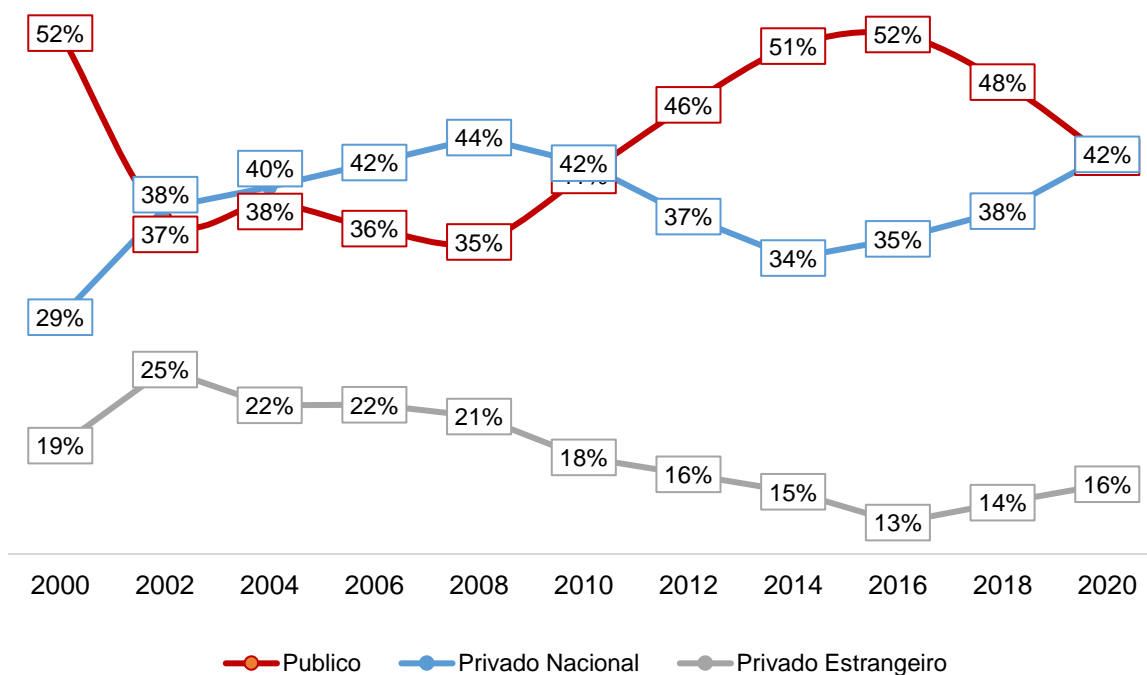
Após 2002, foi a vez das IFs estrangeiras perderem participação na carteira de crédito para as de controle público e privado nacional, e seguiram em tendência de queda durante praticamente todo o período, atingindo o patamar de 16% em 2020

(quanto a esse ponto, ressalta-se a mesma observação feita anteriormente quanto a participação do Santander, que nesse caso representa 60% dos 16% de 2020). Entre os anos de 2002 e 2008, as IFs privadas nacionais aumentaram suas participações frente às instituições financeiras públicas e estrangeiras.

Porém, a partir de 2008 foram as IFs públicas que aumentaram seus percentuais de participação, o que possivelmente pode ser explicado pelo ambiente econômico que se formou após a crise financeira mundial de 2008. Naquele cenário, as instituições financeiras privadas – tanto nacionais quanto estrangeiras – assumiram uma postura mais conservadora na concessão de crédito, ao passo que as IFs de controle estatal passaram a desempenhar um papel anticíclico na concessão de crédito (ARAÚJO; CINTRA, 2011), expandindo suas carteiras para manter a economia minimamente aquecida e com menor restrição de crédito.

Já a partir de 2016 observa-se uma reversão de tendência, com as IFs públicas reduzindo sua participação na carteira de crédito total do SFN, e perdendo espaço principalmente para as IFs nacionais privadas, apesar de ter havido também uma reação dos bancos estrangeiros.

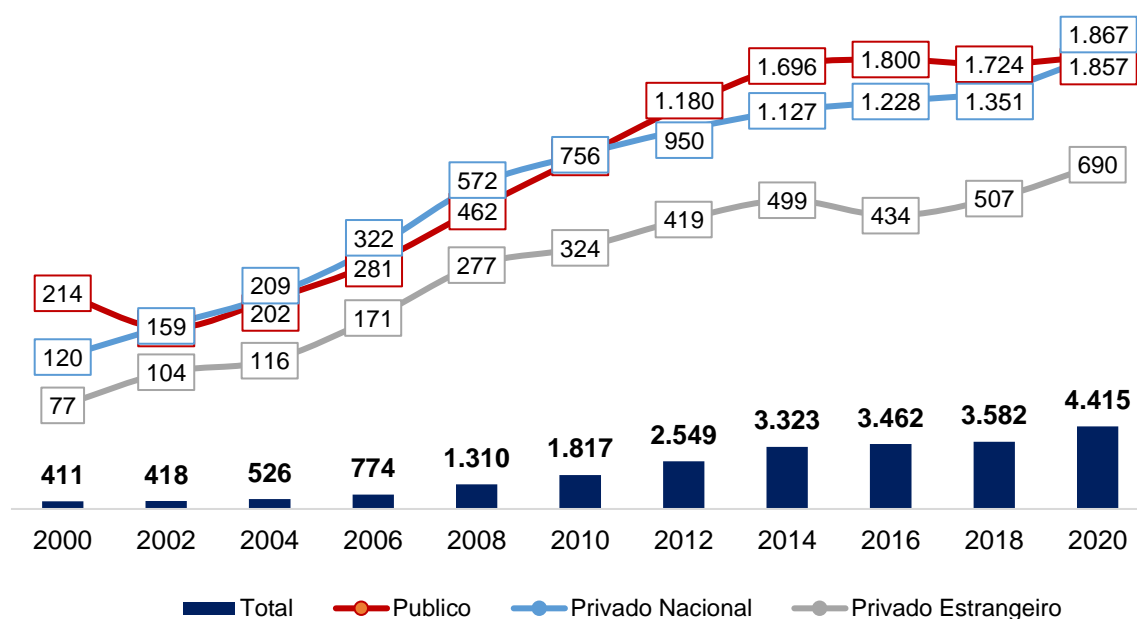
**Gráfico 6 - Evolução da Distribuição do Crédito do SFN por Segmento**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central

O gráfico 7 abaixo demonstra a evolução da carteira de crédito total do SFN por tipo de controle. Nele pode-se observar que nos 4 anos seguintes a crise de 2008 as IFs públicas aumentaram suas carteiras de crédito em 156%, enquanto que as instituições privadas nacionais expandiram o crédito em 66%.

**Gráfico 7 - Evolução da Carteira de Crédito do SFN por Segmento**



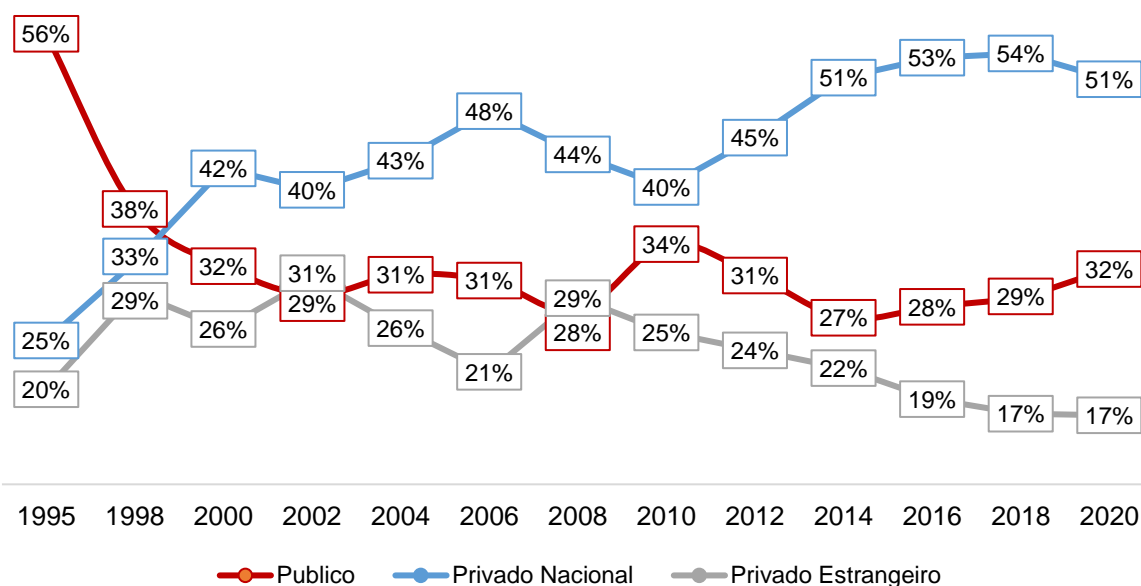
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central

Outra variável de comportamento relevante é o patrimônio líquido (PL) das instituições financeiras. Ele reflete a diferença entre os ativos e passivos de uma determinada empresa, nesse caso os bancos, e pode ser entendido como seu valor contábil. O gráfico 8 abaixo demonstra a evolução do percentual da participação do patrimônio líquido das instituições financeiras por tipo de controle. A queda da participação das IFs públicas entre 1995 e 1998 encontra-se em linha com o comportamento visto nos ativos totais e na carteira de crédito, presentes nos gráficos 4 e 6, respectivamente.

De forma geral, entre 1995 e 2020 observou-se uma queda da participação do PL das IFs públicas e das IFs estrangeiras no PL total do sistema financeiro nacional, ao passo que o PL das instituições financeiras privadas nacionais aumentou.



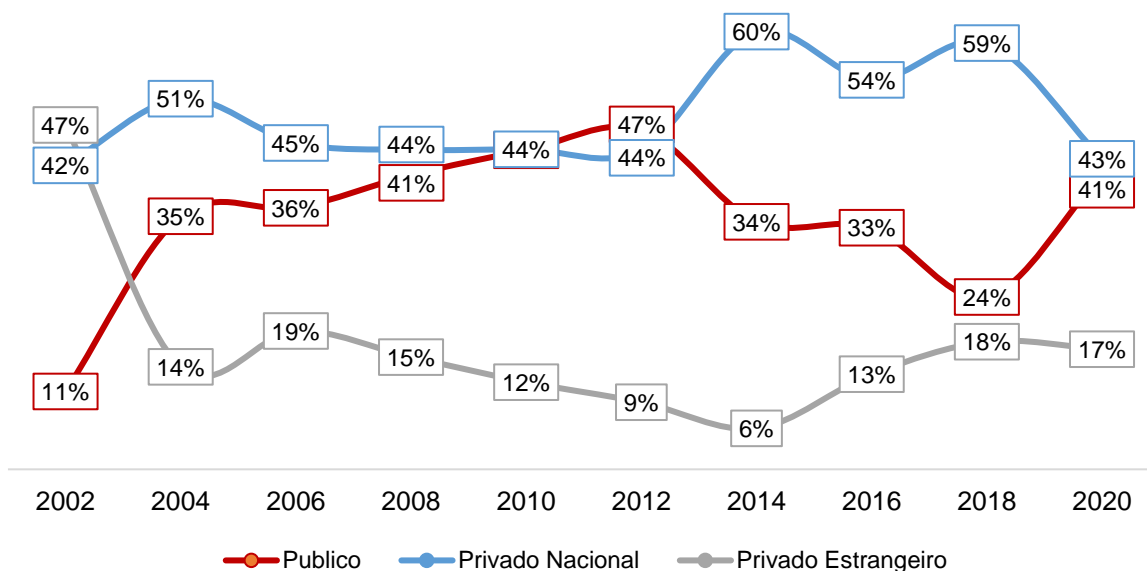
Gráfico 8 - Evolução da Distribuição do Total do Patrimônio Líquido do SFN por Segmento



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central

O gráfico 9 abaixo apresenta a evolução do percentual de participação das instituições financeiras, agrupadas por tipo de controle, no lucro líquido total do sistema financeiro nacional. No período de 2002 a 2020 observa-se que as IFs privadas nacionais se apropriaram de uma maior parcela dos lucros gerados pelo sistema financeiro como um todo, apesar de deterem, na média, menor percentual de participação nos ativos totais do sistema, se comparadas aos bancos públicos no mesmo período.

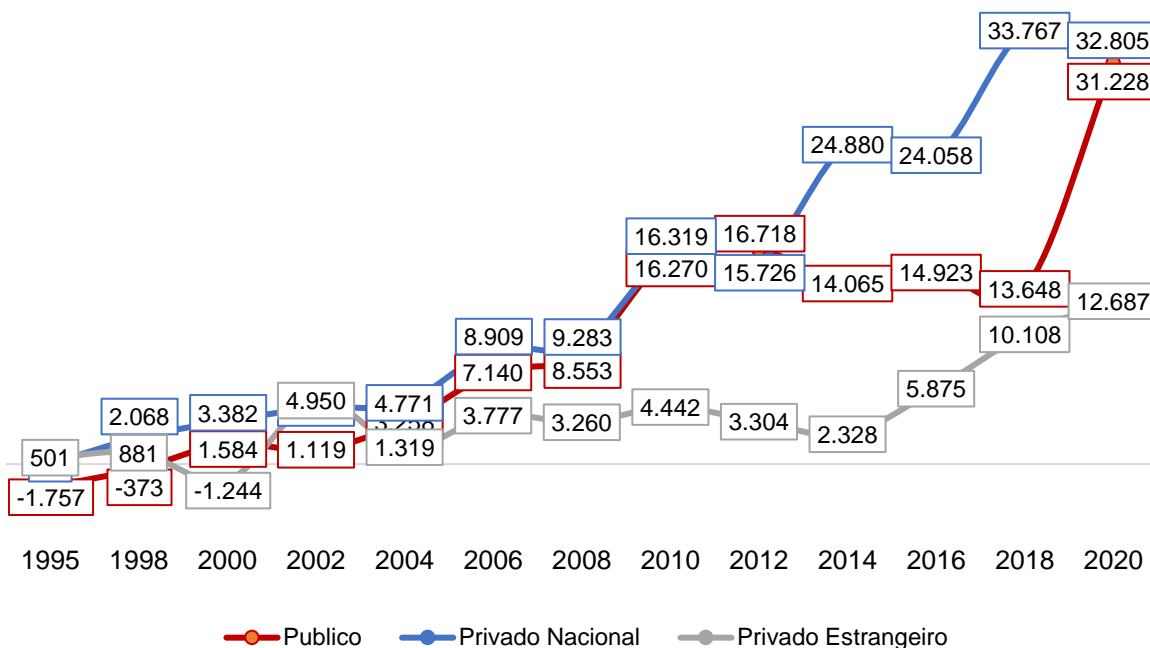
Gráfico 9 - Evolução da Distribuição do Lucro Líquido Total do SFN por Segmento



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central

O gráfico 10 abaixo por sua vez apresenta a evolução do lucro líquido por tipo de controle. Nele pode-se observar os prejuízos sofridos pelas instituições financeiras públicas nos anos de 1995 e 1998, reflexo em grande parte dos ajustes no ambiente econômico ocorridos no cenário pós Plano Real. Com exceção de 2012, em todos os anos as IFs privadas nacionais apresentaram lucro superior às IFs públicas e privadas com controle estrangeiro.

**Gráfico 10 - Evolução do Lucro Líquido do SFN por Tipo de Controle (em milhões de reais)**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central

## 2.2 Estruturas de Mercado e Índices de Concentração

Na análise dos níveis de concentração em determinado mercado, podem ser utilizados diferentes índices e ferramentas de mensuração que oferecem por vezes óticas complementares na avaliação da estrutura competitiva do mercado em questão. A existência desses diferentes métodos quantitativos de mensuração da competição são fruto sobretudo do fato de que a competição em si não consiste em um fenômeno que possa ser diretamente observável.

Naturalmente, com o tempo ocorreu uma evolução nas abordagens utilizadas para compreender os níveis de competição em diferentes mercados. As primeiras abordagens utilizavam-se então do chamado modelo Estrutura-Condução-Desempenho (ECD), baseado principalmente nas noções e conceitos advindos da economia industrial tradicional (LEON, 2014).

Posteriormente surgiu uma forma de abordagem não estrutural, chamada de Nova Organização Industrial Empírica (NOIE), que se materializa através de três modelos principais: Panzar-Rosse, Iwata e Bresnahan. Esses modelos ignoram o impacto da concentração e buscam mensurar a competição e poder de mercado

(BIKKER; HAAF, 2002). Cumpre ressaltar que o presente trabalho baseia-se na abordagem estrutural clássica, e portanto não utiliza a abordagem da NOIE.

### **2.2.1 Modelo Estrutura-Condução-Desempenho (ECD)**

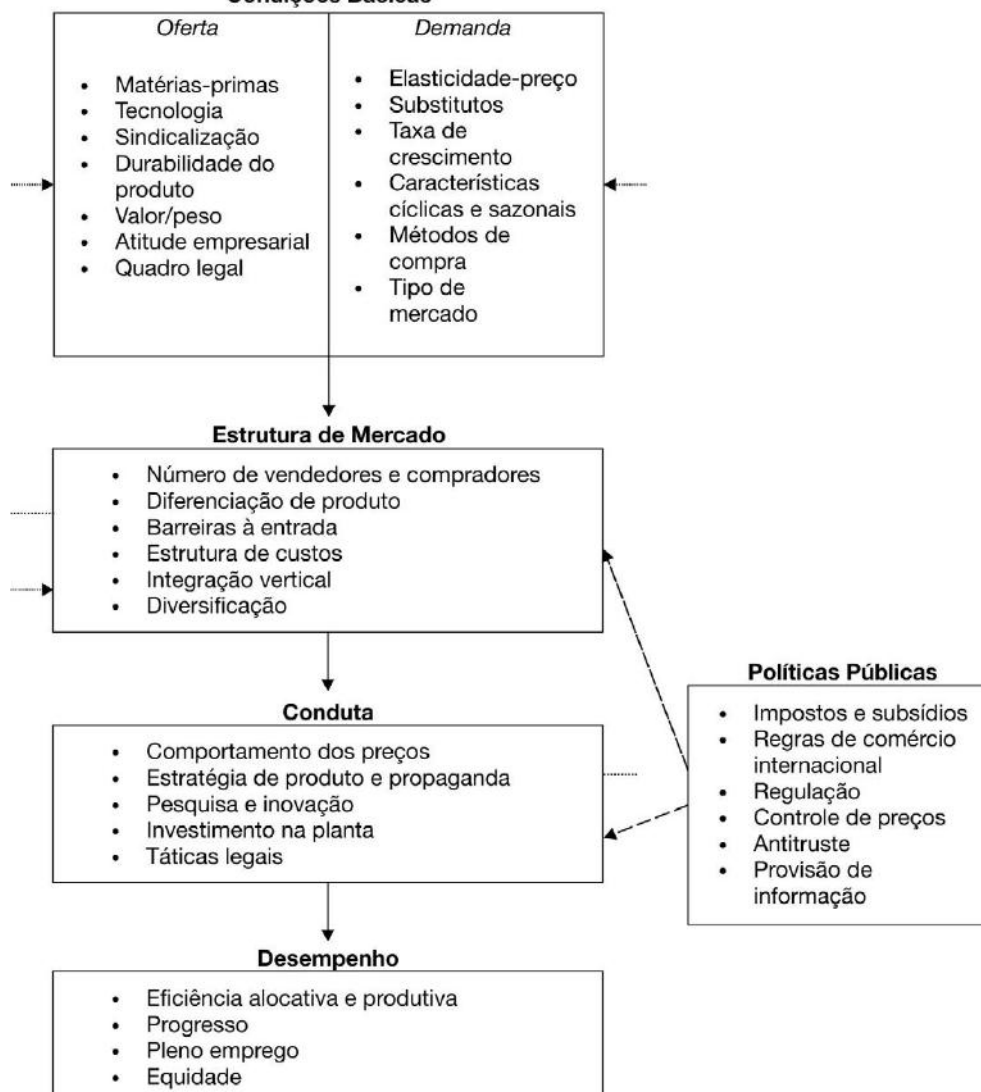
O modelo ou paradigma ECD surge da economia industrial tradicional em meio a abordagem estrutural, e visa primordialmente analisar o desempenho das firmas a partir de uma dada estrutura de mercado (nesse caso exógena à empresa), em que sua condução é regida sobretudo pela estrutura da indústria na qual está inserida (KUPFER; HASENCLEVER, 2013).

Em termos gerais, para o modelo ECD quanto maior for a concentração de um dado mercado mais provável será que as empresas nele contidas assumam uma condução com práticas avessas a competição. Portanto, haveria uma tendência de relação direta entre concentração e competição. Contudo, conforme apontado por Bikker e Haff (2002) nesse ponto cabe a ressalva de que nem sempre um mercado concentrado apresenta baixa competição.

O modelo ECD é considerado uma abordagem “não-formal”, pois as medidas de concentração não são derivadas da teoria, sendo elas escolhidas com certa discricionariedade (BIKKER; HAAF, 2002).

A figura abaixo, elaborada por Kupfer e Hasenclever (2013, p. 45), sumariza o modelo ECD:

**Figura 1 – Esquematização do Modelo ECD**  
Condições Básicas



Fonte: Kupfer e Hasenclever (2013).

## 2.2.2 Índice Herfindahl-Hirschman (HHI)

O índice Herfindahl-Hirschman, ou simplesmente HHI, consiste em um dos índices mais amplamente utilizados na mensuração dos níveis de concentração de um determinado mercado. Segundo Rhoades (1993, p. 188, tradução nossa)<sup>8</sup>:

<sup>8</sup>No original: The Herfindahl-Hirschman index, better known as the Herfindahl index, is a statistical measure of concentration. It has achieved an unusual degree of visibility for a statistical index because of its use by the Department of Justice and the Federal Reserve in the analysis of the competitive effects of mergers. The Herfindahl index can be used to measure concentration in a variety of contexts. For example, it can be used to measure the concentration of income (or wealth) in U.S. households and also market concentration, that is, the degree of concentration of the output of firms in banking or industrial markets. It is useful in analyzing horizontal mergers because such mergers affect market

O índice Herfindahl-Hirschman, mais conhecido como índice Herfindahl, é uma medida estatística de concentração. Ele atingiu um nível pouco usual de visibilidade para um índice estatístico por conta do seu uso pelo Departamento de Justiça e pelo Federal Reserve na análise dos efeitos de fusões na competição. O índice Herfindahl pode ser usado para medir concentração em diferentes contextos. Por exemplo, pode ser utilizado para medir concentração de renda (ou riqueza) nos lares americanos e também concentração de mercado, ou seja, o grau de concentração do resultado das firmas no setor bancário ou industrial. Ele é útil na análise de fusões horizontais porque tais fusões afetam a concentração de mercado, e a teoria econômica e a evidência empírica sugerem que, tudo o mais constante, a concentração das firmas em um mercado é um importante elemento na estrutura de mercado e um determinante da competição.

O HHI é calculado a partir da soma dos quadrados do *market share* de todas as firmas que compõem o mercado a ser analisado, e pode ser matematicamente resumido como segue (LEON, 2014):

$$HHI = \sum_{i=1}^N .s_i^2, \quad \forall i = 1, \dots, N$$

Na equação,  $N$  representa o número total de firmas de dado mercado e  $s_i$  consiste no *market share* de determinada empresa  $i$ . Seu resultado é então dado em um número que pode variar de  $1/N$  (todas as empresas possuem a mesma participação no mercado, podendo ser entendido também como uma situação de concorrência perfeita) até 1 (mercado organizado como um monopólio). O índice também pode ser medido em pontos, com seu máximo sendo 10.000 pontos, equivalente ao 1 em termos decimais.

Para fins de parâmetro, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) fornece indicativos de diferentes níveis de concentração de mercado medidos pelo HHI em pontos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

---

concentration, and economic theory and considerable empirical evidence suggest that, other things equal, the concentration of firms in a market is an important element of market structure and a determinant of competition.

**Tabela 12 - Níveis de Concentração HHI**

<b>Valor do HHI</b>	<b>Concentração</b>
HHI < 1.500 pontos	Não concentrado
1.500 pontos < HHI < 2.500 pontos	Moderadamente concentrado
2.500 pontos < HHI	Altamente concentrado

Fonte: CADE, Guia para Análise de Atos de Concentração Horizontal, jul/2016

O CADE também disponibiliza ainda importantes diretrizes no que tange alterações nas concentrações de mercado medidas pelo HHI em ambientes posteriores a fusões e aquisições<sup>9</sup>.

Também são aceitos os parâmetros fornecidos pelo *Department of Justice* (DoJ) e pelo *Federal Trade Commission* (FTC), ambos órgãos do governo dos EUA. Nesse caso, um mercado seria considerado: (i) não concentrado caso seu HHI fosse inferior a 0,1; (ii) moderadamente concentrado para um índice entre 0,1 e 0,18; (iii) altamente concentrado para um HHI entre 0,18 e 1.

Cumprе ressaltar também que, tal como apresentado por Bikker e Haff (2002), o HHI desde sua criação foi objeto de estudo por diferentes autores, que realizaram determinadas modificações no índice, afim por exemplo, de relacioná-lo com uma teoria da distribuição. Contudo, no presente trabalho, será utilizada a versão original de sua formulação.

### 2.2.3 Razão de Concentração (CR)

<sup>9</sup> (i) Pequena alteração na concentração: operações que resultem em variações de HHI inferiores a 100 pontos ( $\Delta\text{HHI} < 100$ ) provavelmente não geram efeitos competitivos adversos e, portanto, usualmente não requerem análise mais detalhada;

(ii) Concentrações que geram preocupações em mercados não concentrados: se o mercado, após o AC, permanecer com HHI inferior a 1.500 pontos, a operação não deve gerar efeitos negativos, não requerendo, usualmente, análise mais detalhada;

(iii) Concentrações que geram preocupações em mercados moderadamente concentrados: operações que resultem em mercados com HHI entre 1.500 e 2.500 pontos e envolvam variação do índice superior a 100 pontos ( $\Delta\text{HHI} > 100$ ) têm potencial de gerar preocupações concorrenciais, tornando recomendável uma análise mais detalhada;

(iv) Concentrações que geram preocupações em mercados altamente concentrados: operações que resultem em mercados com HHI acima de 2.500 pontos, e envolvam variação do índice entre 100 e 200 pontos ( $100 \leq \Delta\text{HHI} \leq 200$ ) têm potencial de gerar preocupações concorrenciais, sugerindo uma análise mais detalhada. Operações que resultem em mercados com HHI acima de 2.500 pontos, e envolvam variação do índice acima de 200 pontos ( $\Delta\text{HHI} > 200$ ) presumivelmente geram aumento de poder de poder de mercado. Essa presunção poderá ser refutada por evidências persuasivas em sentido contrário.

A razão de concentração, ou *concentration ratio* (CR) é também um dos índices mais utilizados para mensurar o nível de concentração de um determinado mercado. Sua popularidade na literatura provavelmente deriva do fato de que é um índice que possui pouco requisito de informações para ser calculado, sem a necessidade de saber-se de antemão todas as participações de mercado de todas as firmas que nele atuam, bastando saber o *market share* das  $K$  maiores (BIKKER; HAAF, 2002).

O cálculo do  $CR_K$  demonstra a concentração de mercado das  $K$  maiores firmas que estão sendo analisadas, e pode ser matematicamente expresso pela equação abaixo (LEON, 2014):

$$CR_K = \sum_{i=1}^K s_i, \text{ com } s_1 \geq \dots \geq s_k \geq s_N, \forall N \geq K$$

Dessa forma,  $s_i$  representa a participação de mercado da “ $i$ -ésima” firma, quando as firmas são postas em ordem decrescente em uma classificação de market share, enquanto que o  $N$  é o número total de firmas no mercado. A razão de concentração é mais comumente usada para as 3, 4, 5 e 10 maiores firmas do mercado, embora não haja uma regra para tal (LEON, 2014).

Cumprе ressaltar que apesar de seu amplo uso, o CR possui limitações. Por exemplo, o CR não sofrerá alteração em situações em que ocorrem fusões ou aquisições fora do espectro das  $K$  maiores firmas que estão sendo analisadas pelo índice, mesmo que o nível de concentração do mercado tenha se elevado na situação posterior (LEON, 2014).

Em seu estudo da economia industrial, Bain (1968) fornece alguns indicativos do que seriam mercados concentrados sob a ótica da mensuração do nível de concentração através do  $CR_4$  e  $CR_8$ , conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 13 - Parâmetros para a Razão de Concentração**

<b>CR<sub>4</sub></b>	<b>CR<sub>8</sub></b>	<b>Concentração</b>
75% < CR	90% < CR	Muito elevada
65% < CR < 75%	85% < CR < 90%	Elevada
50% < CR < 65%	70% < CR < 85%	Moderadamente elevada
35% < CR < 50%	45% < CR < 70%	Moderadamente baixa
CR < 35%	CR < 45%	Baixa

Fonte: Elaborado pelo autor e adaptado de Bain (1968)



### 2.2.4 Índice de Entropia de Theil

Resende (1994) aponta que o índice de entropia de Theil pode ser entendido como uma medida inversa de concentração, expresso pela fórmula abaixo:

$$ET = \sum_{i=1}^n p_i h(p_i) = \sum_{i=1}^n p_i \ln 1/p_i$$

Segundo Braga e Mascolo (1982, p. 414):

Considerando-se  $p_i$  como a parcela de mercado da  $i$ -ésima firma, a entropia representaria o valor esperado do conteúdo informacional de uma mensagem que afirmasse que, tendo sido vendido um certo montante pela indústria em questão para um consumidor qualquer, a venda foi efetuada pela  $i$ -ésima firma. Desta forma, quanto maior a parcela de mercado de firma, menor o “grau de surpresa” trazido pela mensagem, e vice-versa.

Nesse sentido, quanto maior for o índice apresentado por determinado mercado, menor será o seu grau de concentração.

## 3. METODOLOGIA

A concentração bancária será analisada entre os anos de 1995 e 2020. Para a análise da concentração serão utilizados dois índices, quais sejam: o Índice Herfindahl-Hirschman (HHI) e a Razão de Concentração (CR). Ambos os índices foram abordados nas seções 2.2.2 e 2.2.3.

O cálculo de seus valores foi feito a partir de dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, a partir do sistema IF.data, que consolida informações de todo o sistema financeiro nacional e das suas instituições participantes e as disponibiliza para consulta pública.

Dado que o objetivo é analisar o nível de concentração bancária através dos referidos índices, foram utilizados determinados filtros na seleção das IFs que compuseram a amostra que embasou os cálculos do HHI e do CR. Dessa forma, foram

usados dados somente de instituições financeiras classificadas<sup>10</sup> pelo Banco Central como B1 (Instituição individual do tipo Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou caixas econômicas e Conglomerado composto de pelo menos uma instituição do tipo Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou caixas econômicas), B2 (Instituição individual do tipo Banco Múltiplo sem Carteira Comercial ou Banco de Câmbio ou Banco de Investimento e Conglomerado composto de pelo menos uma instituição do tipo Banco Múltiplo sem Carteira Comercial ou Banco de Investimento, mas sem conter instituições do tipo Banco Comercial e Banco Múltiplo com Carteira Comercial) ou B4 (Banco de Desenvolvimento).

Os índices de concentração HHI e CR foram calculados para três diferentes variáveis: ativo total, carteira de crédito classificada e captações<sup>11</sup>. Considera-se que os índices calculados a partir dessas variáveis e analisados de forma conjunta são capazes de prover um adequado resultado acerca do nível de concentração existente no setor bancário.

São a partir de seus ativos que as empresas, e nesse caso os bancos, são capazes de gerar receitas e rentabilidade, e disso deriva a importância da análise da concentração de mercado a partir dessa variável.

O crédito por sua vez é um dos pilares de qualquer sistema financeiro e representa uma importante fonte de financiamento ao consumo e às atividades empresariais de forma geral. Além disso, o crédito consiste na atividade tradicional de um banco, e responde por parte relevante de sua receita.

As captações de um banco são os recursos que a instituição é capaz de levantar junto aos seus clientes e ao mercado e tendem a apresentar a maior fonte de recursos utilizada por ele na concessão de empréstimos e financiamentos. Além disso, os recursos depositados nos bancos podem ser monetizados de diferentes formas pela instituição financeira, dada oportunidades de *cross-sell* (venda cruzada) de produtos, como investimentos e afins.

O cálculo de ambos os índices foi realizado para o fechamento (dezembro) de todos anos do período de 1995 a 2020. Foi feito o cálculo da Razão de Concentração (CR) para os 4, 8 e 20 maiores bancos do sistema financeiro. Os resultados obtidos pelos cálculos dos índices CR<sub>4</sub> e CR<sub>8</sub> serão então comparados aos parâmetros de

---

<sup>10</sup> Entre parênteses consta a definição dada pelo próprio Banco Central para cada tipo de classificação.

<sup>11</sup> As captações contemplam sobretudo os depósitos, com participação em menor grau de outras variáveis.

concentração definidos na tabela 13, enquanto que o HHI será comparado ao elencado na tabela 12 e aos parâmetros fornecidos pelo *Department of Justice* e pelo *Federal Trade Commission*. Foi calculado ainda o CR<sub>20</sub> com o intuito de fornecer um dado complementar aos demais.

#### 4. RESULTADOS

De forma geral, no período de 1995 a 2020 ocorreu um notável aumento na concentração bancária quando medida pelos índices CR e HHI para as três variáveis analisadas (ativo total, carteira de crédito e captações). A explicação para isso reside possivelmente nos pontos elencados na seção 2.1.4 do presente trabalho. Conforme abordado, o período em questão apresentou importantes marcos para o setor bancário, com os principais deles tendo sido o Plano Real e as reformas bancárias que ocorreram em 1995 e 1996, que favoreceram o surgimento de um amplo processo de consolidação do setor, refletido em grande parte pela onda de fusões e aquisições que ocorreram no mercado.

O resultado do cálculo dos índices CR e HHI para o ano de 2020 aponta para um mercado com concentração de moderada (para as variáveis ativo total e carteira de crédito) a alta (para a variável captações), conforme exposto nas tabelas e gráficos abaixo. Somado a isso, observa-se também uma forte redução no número de bancos operando no sistema financeiro nacional, que saiu de 262 em 1995 para 172 em 2020, uma diminuição de aproximadamente 34%.

A tabela 14 abaixo demonstra a evolução do CR<sub>4</sub>, CR<sub>8</sub>, CR<sub>20</sub> e HHI calculados com base no ativo total. Percebe-se que no início do período, no ano de 1995, havia um grau de concentração bancária considerado moderadamente baixo sob a ótica do CR<sub>4</sub> e CR<sub>8</sub>, sob os parâmetros definidos anteriormente na tabela 13. Nesse ano é possível também constatar-se que o HHI apresentou um valor correspondente ao de um mercado não concentrado.

Contudo, nota-se que o setor bancário se tornou mais concentrado ao longo dos anos analisados, de forma que ao final do período, em 2020, obteve-se um mercado com concentração moderadamente elevada quando medida pelos índices CR<sub>4</sub> e CR<sub>8</sub>. No caso do HHI o mercado mostrou-se também moderadamente concentrado.

Vale ressaltar também que no decorrer do período a concentração bancária não apresentou um comportamento de aumento em todos os anos analisados. Ela apresentou, por exemplo, um comportamento relativamente estável entre os anos de 2002 e 2007, quando medida pelo CR<sub>8</sub>, sofrendo um aumento significativo somente em 2008, ano em que ocorreram importantes fusões e aquisições por parte dos maiores *players* do setor, conforme já exposto na tabela 9.

O período entre 2009 e 2015 foi novamente marcado por uma estabilidade no comportamento da concentração no setor bancário, de forma que ela se manteve em patamares de 60% para o CR<sub>4</sub> e 84% para o CR<sub>8</sub> (moderadamente elevada). Porém, como uma tendência recente é possível de avaliar que houve uma sensível redução na concentração bancária a partir de 2016, tendo ela diminuído em aproximadamente 4% quando medida pelo CR<sub>8</sub> e 3% quando medida pelo CR<sub>4</sub>.

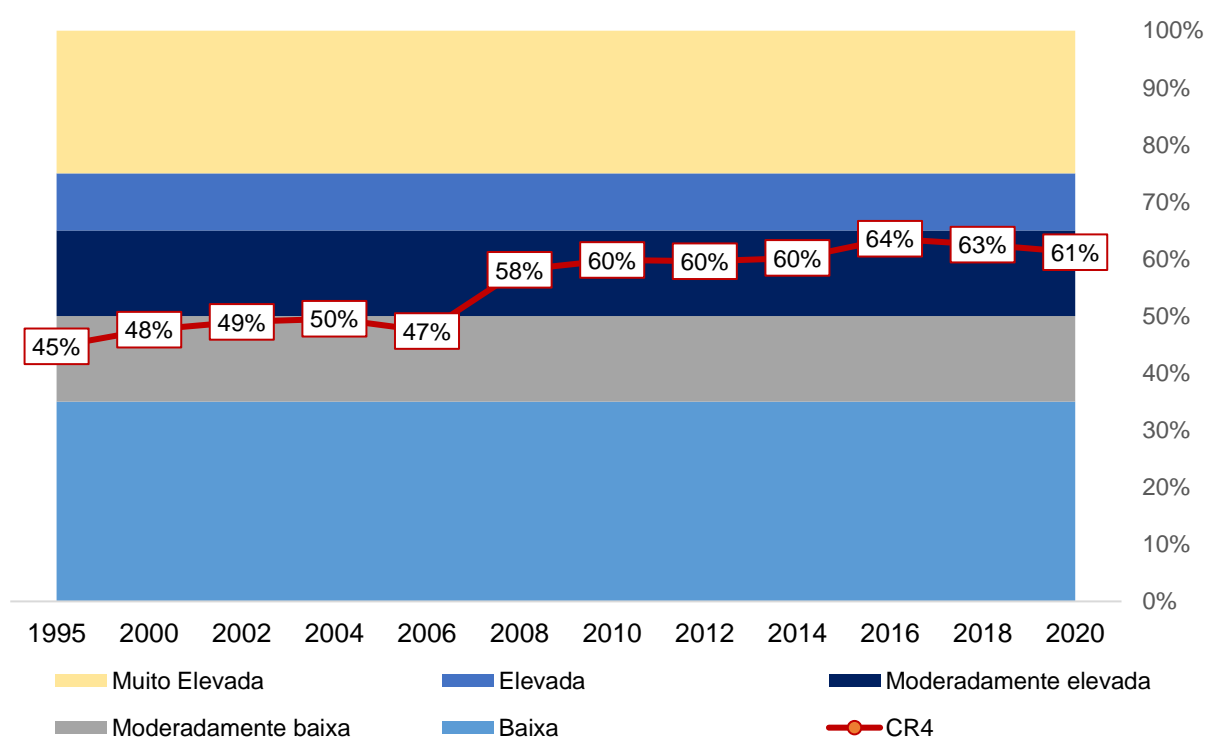
**Tabela 14 - Evolução dos Índices de Concentração (Ativo Total)**

<b>Ano</b>	<b>CR<sub>4</sub></b>	<b>CR<sub>8</sub></b>	<b>CR<sub>20</sub></b>	<b>HHI</b>	<b>N° de Bancos</b>
1995	45%	60%	76%	0,0629	262
1996	44%	61%	76%	0,0620	258
1997	43%	59%	77%	0,0612	241
1998	49%	64%	81%	0,0742	230
1999	48%	64%	82%	0,0716	219
2000	48%	66%	86%	0,0725	215
2001	45%	66%	85%	0,0689	201
2002	49%	71%	89%	0,0801	193
2003	54%	74%	90%	0,0939	190
2004	50%	72%	90%	0,0823	193
2005	48%	71%	90%	0,0780	184
2006	47%	73%	91%	0,0795	182
2007	48%	73%	89%	0,0775	178
2008	58%	81%	92%	0,1075	182
2009	59%	84%	92%	0,1123	185
2010	60%	84%	93%	0,1108	179
2011	60%	84%	93%	0,1120	179
2012	60%	84%	93%	0,1138	180
2013	60%	85%	93%	0,1161	174
2014	60%	85%	93%	0,1155	171
2015	60%	85%	93%	0,1141	171
2016	64%	87%	94%	0,1227	173
2017	63%	86%	93%	0,1218	171
2018	63%	85%	93%	0,1178	168
2019	62%	84%	92%	0,1162	168
2020	61%	83%	92%	0,1120	172

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do BCB

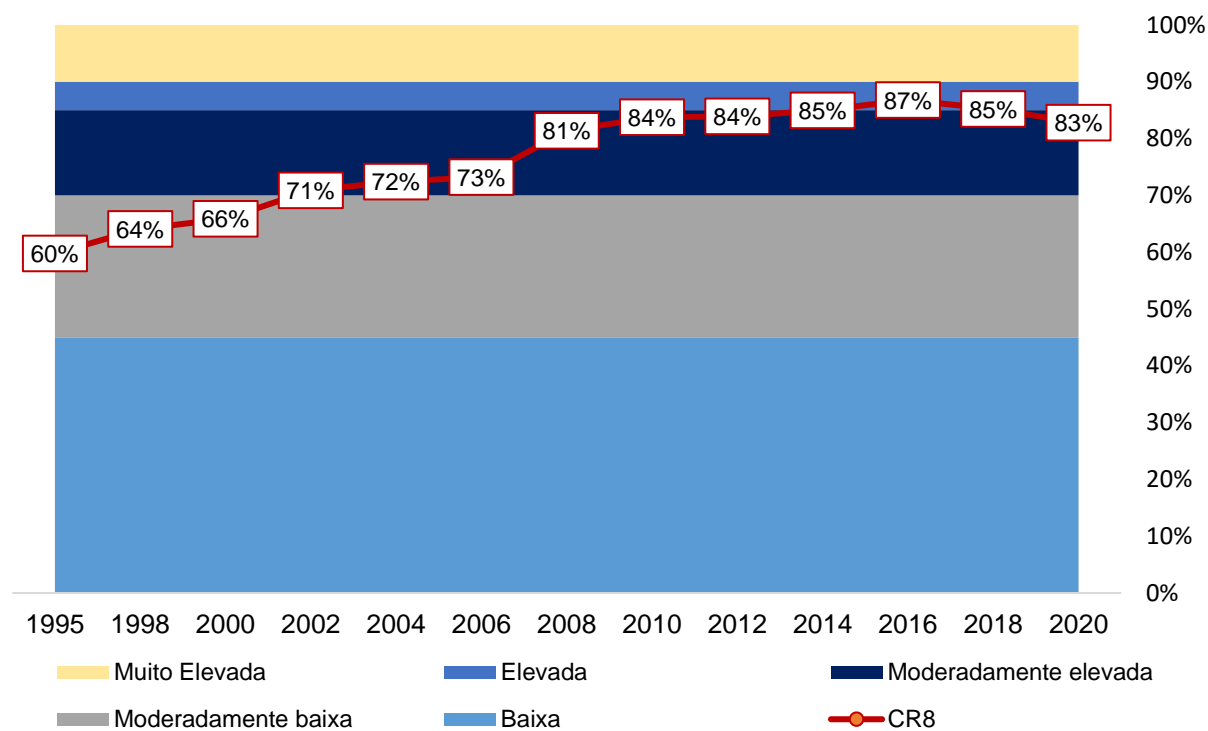
Para melhor visualização dos resultados mostrados na tabela 14 acima, foram montados os gráficos 11, 12 e 13 abaixo, em que se pode observar a evolução dos índices CR e HHI (calculados para o ativo total) com suas respectivas faixas de classificação de nível de concentração de mercado. Os três gráficos evidenciam que o ano de 2016 foi o que representou o pico de concentração de mercado, com o CR<sub>8</sub> apontando para um mercado com concentração elevada.

**Gráfico 11 - Evolução do Índice CR4 para Ativo Total**



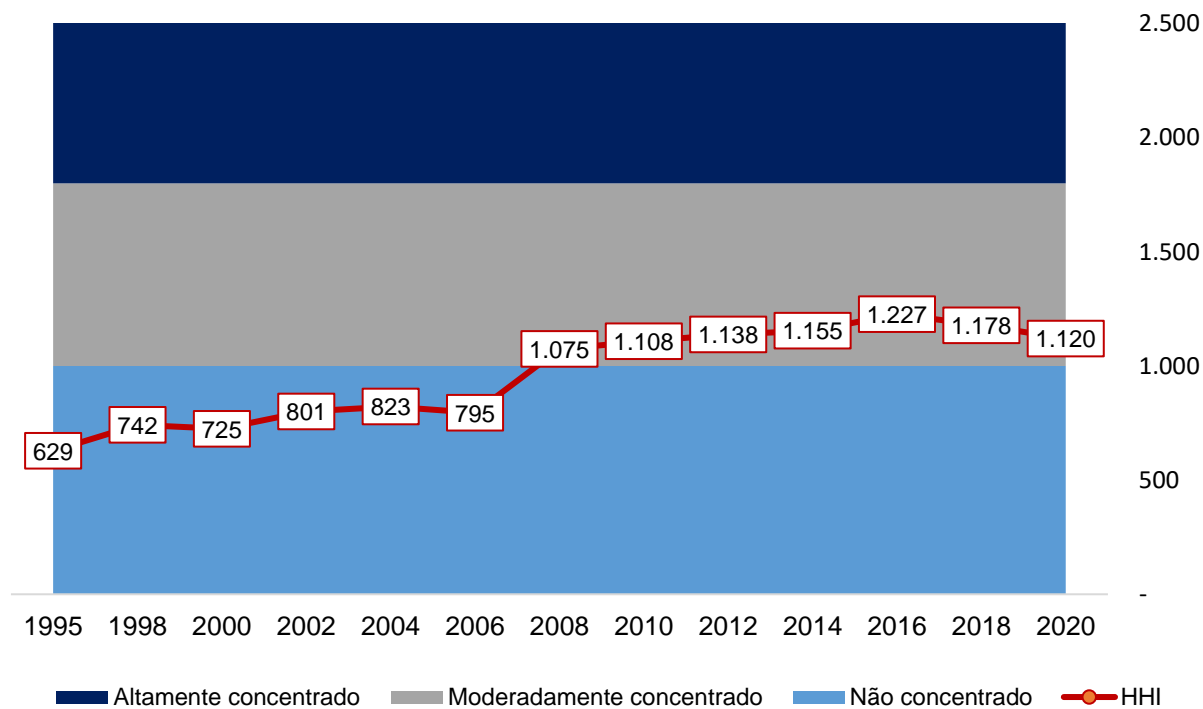
Fonte: Elaboração do autor

Gráfico 12 - Evolução do Índice CR8 para Ativo Total



Fonte: Elaboração do autor

Gráfico 13 - Evolução do Índice HHI para Ativo Total



Fonte: Elaboração do autor

A concentração bancária medida para a carteira de crédito também mostrou um comportamento semelhante ao visto no ativo total e pode ser visualizada na tabela 15 abaixo.

Entre 1995 e 2020 o CR<sub>4</sub> aumentou aproximadamente 12% e o CR<sub>8</sub> 18%, chegando em 2020 ao limite superior do que seria um mercado de concentração moderadamente elevada. O HHI se comportou também de maneira semelhante, de modo que passou de não concentrado no início do período para moderadamente concentrado ao final do ano de 2020.

Entre 2016 e 2020 é novamente possível de visualizar uma pequena tendência de queda na concentração bancária, que poderá ser confirmada ou não ao longo dos próximos anos. Uma possível hipótese desta redução pode ser o aumento da participação das *fintechs* no mercado de crédito no Brasil.

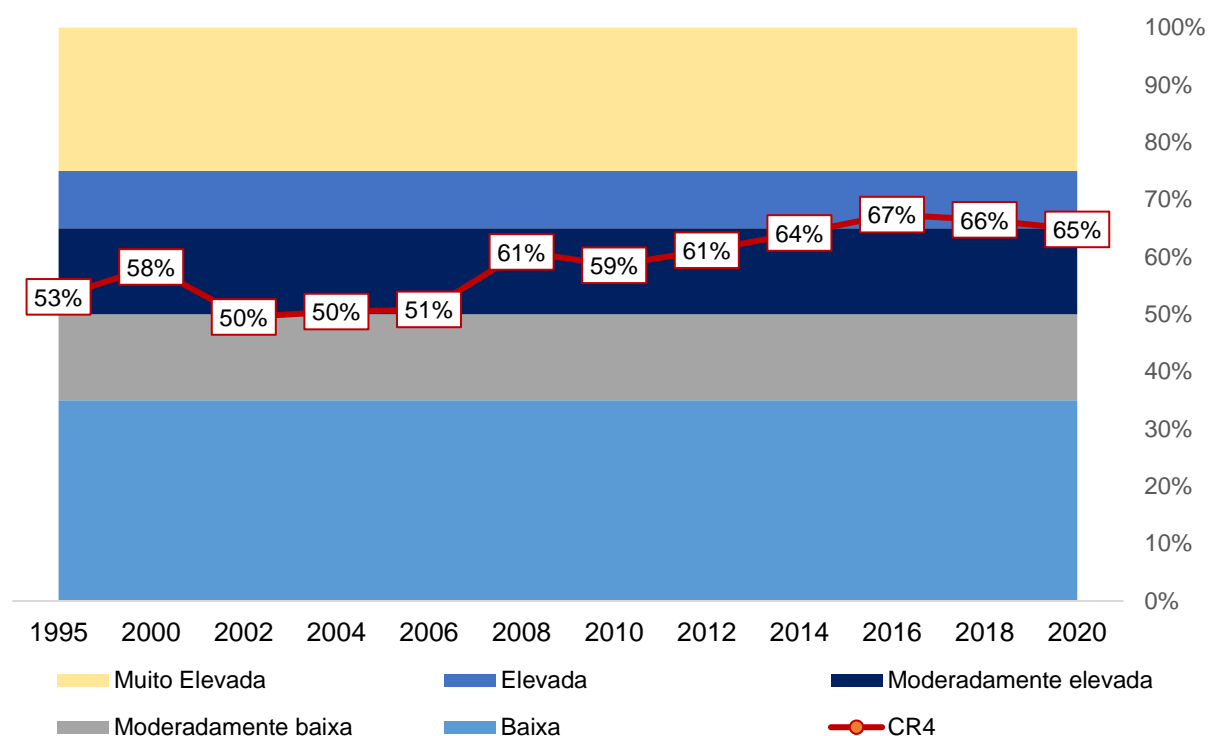
**Tabela 15 - Evolução dos Índices de Concentração (Carteira de Crédito)**

<b>Ano</b>	<b>CR<sub>4</sub></b>	<b>CR<sub>8</sub></b>	<b>CR<sub>20</sub></b>	<b>HHI</b>	<b>N° de Bancos</b>
1995	53%	67%	83%	0,0924	262
1996	49%	65%	80%	0,0830	258
1997	53%	66%	80%	0,0990	241
1998	59%	72%	86%	0,1107	230
1999	54%	70%	86%	0,0944	219
2000	58%	73%	89%	0,1000	215
2001	44%	64%	85%	0,0666	201
2002	50%	69%	88%	0,0771	193
2003	52%	74%	90%	0,0877	190
2004	50%	73%	90%	0,0833	193
2005	50%	74%	91%	0,0831	184
2006	51%	75%	91%	0,0863	182
2007	50%	74%	90%	0,0845	178
2008	61%	82%	91%	0,1110	182
2009	60%	84%	92%	0,1130	185
2010	59%	84%	93%	0,1118	179
2011	59%	84%	93%	0,1119	179
2012	61%	85%	93%	0,1168	180
2013	64%	85%	93%	0,1240	174
2014	64%	86%	93%	0,1270	171
2015	64%	86%	94%	0,1272	171
2016	67%	88%	94%	0,1364	173
2017	67%	88%	94%	0,1363	171
2018	66%	88%	94%	0,1311	168
2019	66%	86%	93%	0,1262	168
2020	65%	85%	92%	0,1230	172

Fonte: Elaboração do autor

São colocados os gráficos 14, 15 e 16 abaixo para melhor compreensão e visualização dos resultados exibidos na tabela 15 acima. Através deles fica novamente claro que o ano de 2016 de fato foi o que apresentou o ponto máximo de concentração bancária do período analisado.

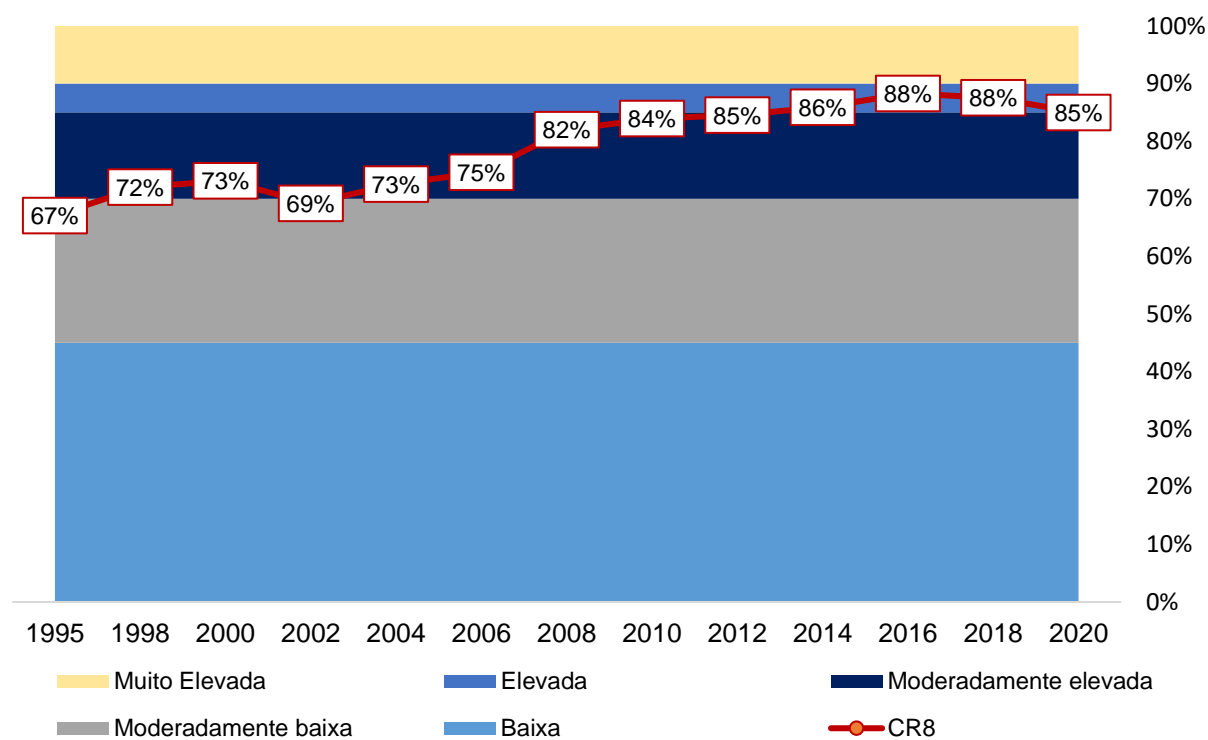
**Gráfico 14 - Evolução do Índice CR4 para Carteira de Crédito**



Fonte: Elaboração do autor

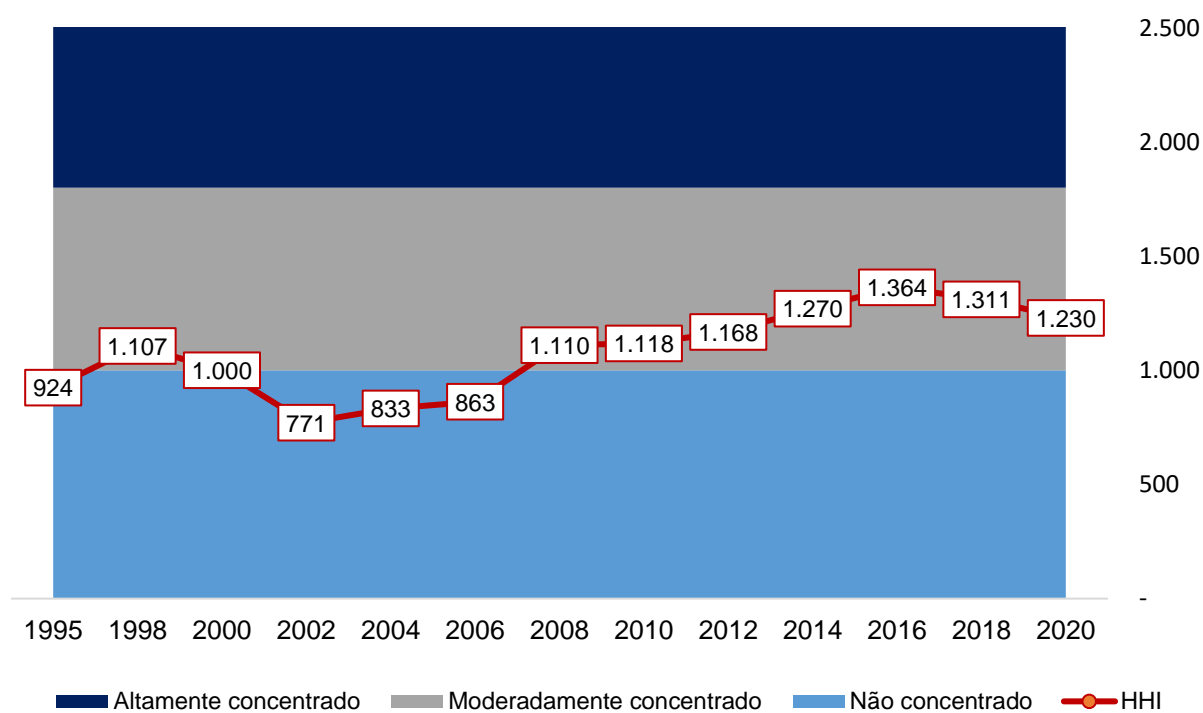


Gráfico 15 - Evolução do Índice CR8 para Carteira de Crédito



Fonte: Elaboração do autor

Gráfico 16 - Evolução do Índice HHI para Carteira de Crédito



Fonte: Elaboração do autor

A tabela 16 abaixo demonstra o comportamento da concentração bancária medida pela variável captações. De forma semelhante ao observado nas tabelas 14 e 15 acima, a concentração bancária apresentou um substancial incremento no período, tendo o CR<sub>4</sub> aumentado em aproximadamente 23%, enquanto o CR<sub>8</sub> subiu 28%.

Com isso, em 1995 o CR<sub>4</sub> denota um mercado com concentração moderadamente baixa, ao passo que em 2020 o setor já passa a apresentar concentração elevada. Nesse contexto o CR<sub>8</sub> possui um comportamento análogo. O HHI por sua vez passa de não concentrado para moderadamente concentrado, pelos parâmetros do DoJ e FTC.

**Tabela 16 - Evolução dos Índices de Concentração (Captações)**

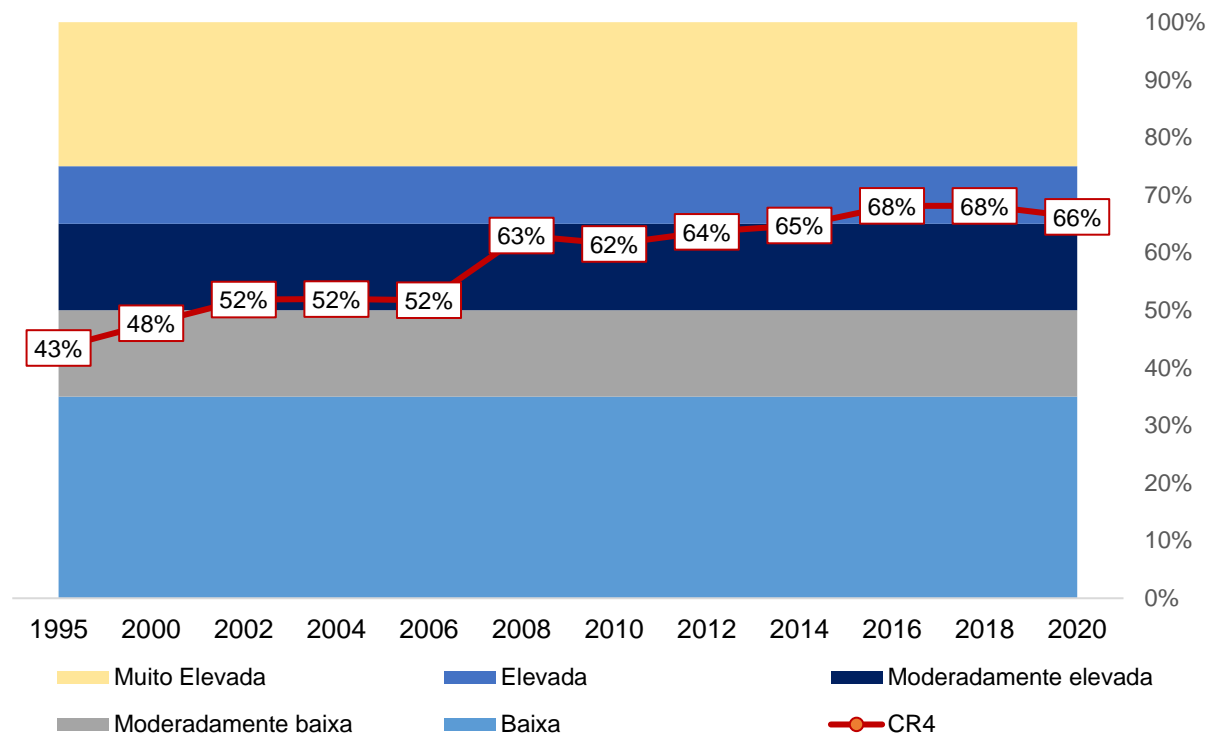
<b>Ano</b>	<b>CR<sub>4</sub></b>	<b>CR<sub>8</sub></b>	<b>CR<sub>20</sub></b>	<b>HHI</b>	<b>Nº de Bancos</b>
1995	43%	57%	77%	0,0621	262
1996	43%	59%	76%	0,0608	258
1997	41%	57%	77%	0,0582	241
1998	48%	63%	82%	0,0755	230
1999	49%	64%	83%	0,0742	219
2000	48%	66%	87%	0,0743	215
2001	47%	66%	86%	0,0753	201
2002	52%	73%	90%	0,0899	193
2003	54%	74%	90%	0,0939	190
2004	52%	72%	90%	0,0893	193
2005	50%	71%	91%	0,0829	184
2006	52%	72%	91%	0,0857	182
2007	53%	73%	90%	0,0877	178
2008	63%	83%	92%	0,1174	182
2009	63%	85%	93%	0,1211	185
2010	62%	85%	93%	0,1166	179
2011	62%	85%	94%	0,1181	179
2012	64%	86%	94%	0,1215	180
2013	65%	87%	94%	0,1254	174
2014	65%	87%	94%	0,1257	171
2015	64%	87%	94%	0,1253	171
2016	68%	88%	95%	0,1331	173
2017	68%	88%	94%	0,1320	171
2018	68%	87%	94%	0,1302	168
2019	68%	86%	94%	0,1307	168
2020	66%	85%	93%	0,1236	172

Fonte: Elaboração do autor

Foram elaborados os gráficos 17, 18 e 19 abaixo para melhor compreensão e visualização dos resultados exibidos na tabela 16 acima. Através deles fica

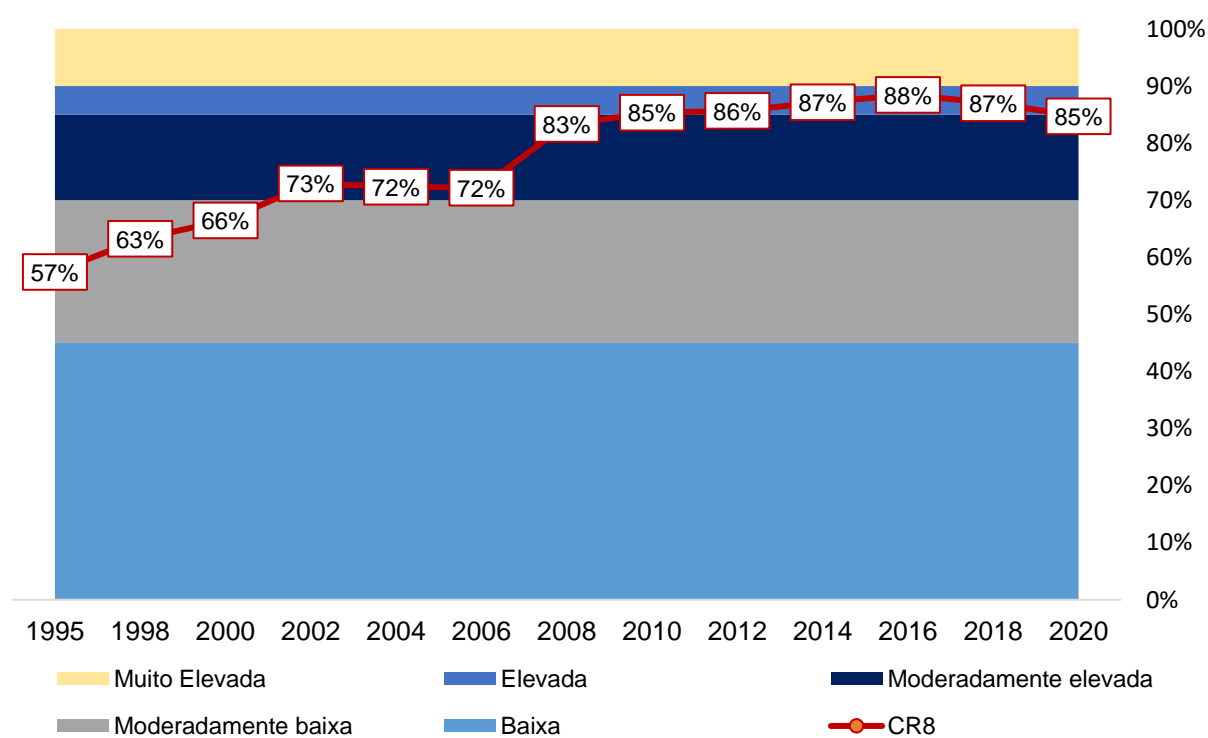
novamente claro que o ano de 2016 de fato foi o que apresentou o ponto máximo de concentração bancária do período analisado.

**Gráfico 17 - Evolução do Índice CR4 para Captações**



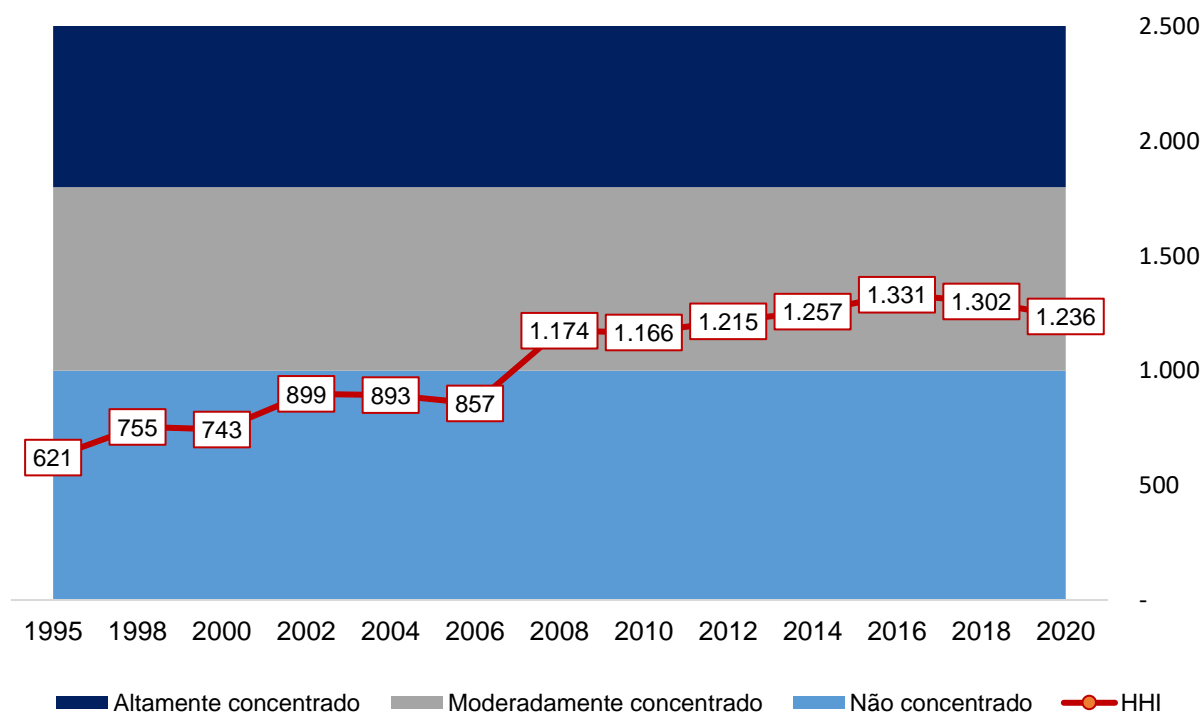
Fonte: Elaboração do autor

**Gráfico 18 - Evolução do Índice CR8 para Captações**



Fonte: Elaboração do autor

Gráfico 19 - Evolução do Índice HHI para Captações



Fonte: Elaboração do autor

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de 1995 a 2020 apresentou importantes marcos para o setor bancário e para o sistema financeiro nacional como um todo. O Plano Real e as crises no exterior que ameaçaram afetar o sistema financeiro brasileiro foram as principais motivações para o início de um processo de reforma bancária que mudaria a estrutura do mercado.

A perda das receitas inflacionárias no ambiente posterior ao Plano Real, que afetaram sobretudo os bancos públicos, aliada aos efeitos da crise Mexicana, levaram o governo brasileiro a adotar uma série de medidas a partir do ano de 1995. Dessas medidas destacam-se o PROER, PROES, abertura para a entrada de IFs estrangeiras, criação do FGC, dentre outras já citadas.

Posteriormente, verificou-se um boom de crédito no período 2004-2014, com um protagonismo inicial dos bancos privados e a partir de 2009 dos bancos públicos, que atuaram de forma contracíclica até 2014. Já a partir de 2015-16, há uma retração dos bancos públicos, voltando o segmento privado a ter protagonismo maior no setor bancário, em geral, e no mercado de crédito, em particular.

Essas ações do governo terminaram por criar um ambiente mais favorável a um processo de consolidação bancária, inicialmente liderado pelas instituições financeiras estrangeiras e que posteriormente passaria a ser capitaneado pelos bancos nacionais.

O processo de fusões e aquisições ocorreu de forma constante ao longo dos anos entre 1995 e 2020 e ajuda a explicar o aumento na concentração bancária no período. Nesse sentido, no decorrer desses anos a concentração bancária apresentou uma tendência de elevação a partir da análise dos índices CR e HHI para as três variáveis elencadas.

Dessa forma, se o cenário em 1995 era de um mercado não concentrado, 25 anos depois o setor bancário passou a ser de concentração moderadamente elevada, conforme indicado pelo HHI e CR. Contudo, cumpre ressaltar que o ano de 2016 apresentou o pico de concentração do período analisado, sendo que a partir de 2017 até 2020 observa-se uma redução na concentração bancária, que pode indicar uma mudança em curso na estrutura do mercado.

## BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Victor; CINTRA, Marcos. **O Papel dos Bancos Públicos Federais na Economia Brasileira**. IPEA. Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1620>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BARBOSA, Fernando de Holanda. O sistema financeiro brasileiro, 1996. Disponível em <[fgv.br/professor/epge/fholanda/arquivo/sistfin.pdf](http://fgv.br/professor/epge/fholanda/arquivo/sistfin.pdf)>. Acessado em 07 de setembro de 2021.

BAIN, J. S. **Industrial Organization**. 2ed. Berkeley: John Wiley & Sons, 1968.

BIKKER, Jacob; HAAF, Katharina. Measures of Competition and Concentration in the Banking Industry : a Review of the Literature. **Economic & Financial Modelling**, v. 9, n. 2, p. 53–98, 2002.

BRAGA, H. C. & MASCOLO, J. L. Mensuração da concentração industrial no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.12, n.2, p. 399-454, 1982.

CADE. **Guia para Análise de Atos de Concentração Horizontal**. 2016. Disponível em: [http://antigo.cade.gov.br/acesso-a-informacao/publicacoes-institucionais/guias\\_do\\_Cade/guia-para-analise-de-atos-de-concentracao-horizontal.pdf/view](http://antigo.cade.gov.br/acesso-a-informacao/publicacoes-institucionais/guias_do_Cade/guia-para-analise-de-atos-de-concentracao-horizontal.pdf/view). Acesso em: 12 out. 2021.

CARVALHO, Carlos Eduardo; VIDOTTO, Carlos Augusto. Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos 1990: o objetivo e o discurso do governo e dos banqueiros. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 395-425, set./dez. 2007.

CARVALHO, Carlos Eduardo. Bancos e inflação no Brasil: da crise dos anos 1980 ao Plano Real. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, n. 5. 2003. Anais [...]. 2003. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/arquivos/2003\\_carlos\\_eduardo\\_carvalho\\_bancos-e-inflacao-no-brasil\\_da-crise-dos-anos-1980-ao-plano-real.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_carlos_eduardo_carvalho_bancos-e-inflacao-no-brasil_da-crise-dos-anos-1980-ao-plano-real.pdf). Acesso em: 15 nov. 2021.

CORAZZA, Gentil. O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional. **PERSPECTIVA ECONÔMICA**, v. 2, n. 1, p. 1-23, jan/jun 2006.

CRUZ, Diehl. **Um Estudo Sobre a Concentração Da Indústria Bancária No Brasil**. Fortaleza, 2019. Dissertação (Economia) - Universidade Federal Do Ceará, Fortaleza, 2019.

CYSNE, Rubens Penha; COSTA, Sérgio Gustavo Silveira da. Reflexos do Plano Real sobre o sistema bancário brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 325-346, 01 jul 1997.

FRANCO, Patrícia Mendes; CAMARGOS, Marcos Antônio de. Fusões e Aquisições no Setor Bancário Brasileiro: Criação de Valor, Rentabilidade, Sinergias Operacionais e Grau de Concentração. **XXXV Encontro da ANPAD**, [s. l.], 4 a 7 de Setembro 2011.

GABRIEL, Fabiano; ASSAF NETO, Alexandre; CORRAR, Luiz João. O impacto do fim da correção monetária no retorno sobre o patrimônio líquido dos bancos no Brasil. **Revista de Administração - RAUSP**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 44-54, 2005.

HAJJ, Zaina Said El. **Evolução e desempenho dos bancos durante o plano real**. São Paulo, 2005 Tese (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade) - Universidade de São Paulo.

HERMANN, Jennifer. Financial Structure and Financing Models: The Brazilian Experience over the 1964-1997 Period. **Journal of Latin American Studies**, United Kingdom, v. 34, n. 1, p. 71-114, fev 2002.

HORDONES, Cristiano. **Poder de mercado e lucratividade: um estudo do setor bancário da américa latina**. São Paulo, 2019. Dissertação (Economia) - Fundação Getúlio Vargas.

KRETZER, Jucélio. **Os efeitos das fusões e incorporações na estrutura do mercado bancário brasileiro: 1964-1984**. Florianópolis, 1996. Dissertação (Engenharia de produção) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis, 1996.

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (org.). **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LAMEIRA, Valdir de Jesus. Uma Revisão Sobre A Economia Brasileira E O Mercado Financeiro Após O Plano Real: As mudanças e a evolução do mercado de capitais entre 1995 e 2002. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 35, p. 96-110, ago 2004.

LIMA, André; CARVALHO, Luanda. O processo de concentração bancária no Brasil de 1995 a 2005: uma comparação internacional. **Revista de Economia Mackenzie**, São Paulo, v. 7, p. 148-175, 2009.

LEON, Florian. Measuring Competition in Banking: A Critical Review of Methods. **CERDI Working Papers**, [s. v.], n. 12, p. 1-44, 2014.

LUNDBERG, Eduardo Luis. Rede de proteção e saneamento do sistema financeiro bancário; **Saneamento do Sistema Financeiro - A Experiência Brasileira dos Últimos 25 anos**. In: SADDI, J. (Org.). Intervenção e liquidação extrajudicial do sistema financeiro nacional: 25 anos da Lei 6.024/74. São Paulo: Textonovo, 1999.

MARTINS, Bruno; ALENCAR, Leonardo. Concentração Bancária, Lucratividade e Risco Sistêmico: uma abordagem de contágio indireto. **Trabalhos para Discussão**, Brasília, n. 190, p. 1-33, set 2009.

NETO, João; PAULI, Rafael. O setor bancário no Brasil: transformações recentes, rentabilidade e contribuições à atividade econômica. **Revista Economia e Tecnologia**, Paraná, v. 12, p. 121-134, Jan/Mar 2008.

RESENDE, Marcelo. Medidas de concentração industrial: uma resenha. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 12, n. 21 e 22, 1994.

RHOADES, Stephen A.. The Herfindahl-Hirschman index. **Federal Reserve Bulletin**, p. 188-189, 1993.

SALVIANO JÚNIOR, Cleofas. **Bancos Estaduais: dos problemas crônicos ao PROES**, Brasília, Banco Central do Brasil, 2004.

TAVARES, Martus. Concentração bancária no Brasil: uma evidência empírica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 25, n. 4, 1985. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901985000400006>. Acesso em: 9 mai. 2021.

TONIAZZO, Rafael; MENDOZA, Salma. Spread e crédito bancário no Brasil pós real. **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, Boa Vista, v. 9, n. 2, p. 175-197, jul-dez 2019.

PAULA, Luiz Fernando; MARQUES, Maria Beatriz. Tendências recentes da consolidação bancária no Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 24, n. 45, p. 235-263, mar. 2006.

PAULA, Luiz Fernando de. **Financial Liberalization and Economic Performance: Brazil at the Crossroads**. Routledge, 2011.

PAULA, Luiz Fernando. Tamanho, Dimensão e Concentração do Sistema Bancário no Contexto de Alta e Baixa Inflação no Brasil. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 87-116, jul./dez. 1998.

PUGA, Fernando Pimentel. **Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. 51 p. (Textos para discussão; 68).